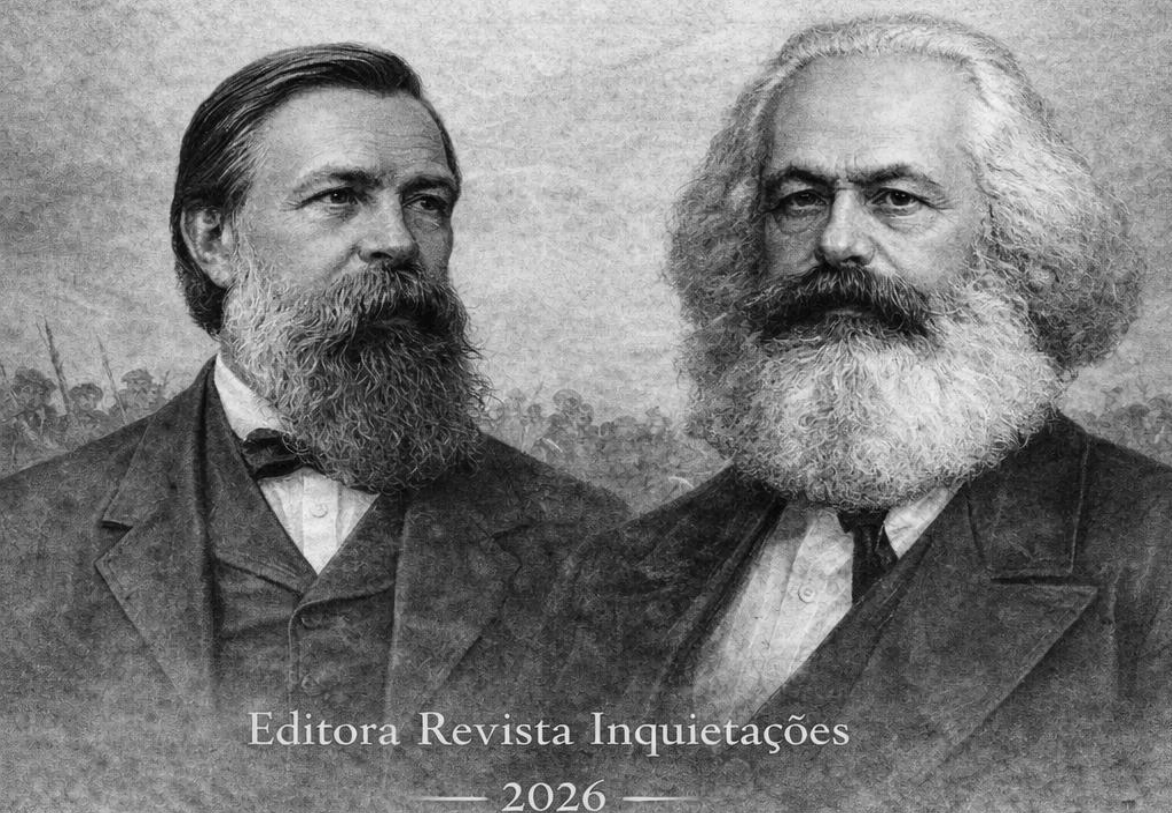


O MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA



Karl Marx & Friedrich Engels

Tradução, introdução e notas de
Diego Vinícius Brito dos Santos



Editora Revista Inquietações

— 2026 —

Copyright desta edição ©
Editora Revista Inquietações

Tradução do *Manifesto Comunista*
Diego Vinícius Brito dos Santos

Capa
Diego Vinícius Brito dos Santos
sobre desenho de Maringoni

ISBN: 9798251190175



Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a expressa autorização da editora.

Editora Revista Inquietações
Caicó, RN, CEP: 59300-000,
Rio Grande do Norte

e-mail: rev.inquietacoes@gmail.com

Sumário

Nota do tradutor.....	4
Introdução	6
I. Burgueses e proletários	7
II. Proletários e Comunistas	17
II. Proletários e comunistas	19
III. Literatura socialista e comunista	26
1. O socialismo reacionário.....	26
a) O socialismo feudal.....	26
b) O socialismo pequeno-burguês	27
c) O socialismo alemão ou “verdadeiro”	29
2. O socialismo conservador ou burguês	31
3. O socialismo ou comunismo crítico-utópico	32
IV. Posição dos comunistas em relação aos diversos partidos de oposição.....	35
Notas de tradução e comentários.....	37

Nota do tradutor

O presente volume oferece ao leitor uma nova tradução comentada do *Manifesto do Partido Comunista*, publicado originalmente em fevereiro de 1848 por Karl Marx e Friedrich Engels. O texto foi redigido como programa político da Liga dos Comunistas e apareceu pela primeira vez em Londres, às vésperas das revoluções europeias de 1848. Desde então, o *Manifesto* tornou-se um dos documentos políticos mais difundidos da história moderna, atravessando fronteiras linguísticas, regimes políticos e tradições intelectuais distintas.

A presente tradução foi realizada diretamente a partir do texto alemão estabelecido nas edições críticas das obras de Marx e Engels, especialmente a edição das **Marx-Engels Werke (MEW)**, volume 4 (Berlim: Dietz Verlag, 1974), bem como o texto fixado na **Marx-Engels Collected Works (MECW)**, publicada pela Progress Publishers e pela Lawrence & Wishart. Essas edições reúnem as variantes textuais do documento e as notas históricas acrescentadas posteriormente, constituindo hoje a principal base filológica para o estudo do *Manifesto*. Também foram consultadas as versões disponíveis no **Marxists Internet Archive**, que preservam as diferenças entre as diversas edições históricas e incorporam observações editoriais relevantes.

Desde sua publicação original, o *Manifesto* conheceu uma história editorial complexa. O texto de 1848 foi rapidamente traduzido para diversas línguas europeias, entre elas francês, polonês, dinamarquês, italiano e flamengo. Ao longo da segunda metade do século XIX surgiram traduções em inglês, espanhol e russo, acompanhando a expansão do movimento operário e das organizações socialistas. A obra foi publicada em contextos políticos bastante diversos: nas disputas ideológicas do movimento socialista europeu, nos debates sobre industrialização e questão social e, posteriormente, nos processos revolucionários do século XX.

Após a morte de Marx, **Friedrich Engels desempenhou papel decisivo na fixação e difusão do texto**. Entre as décadas de 1870 e 1890, Engels supervisionou novas edições do *Manifesto* e redigiu diversos prefácios destinados a contextualizar historicamente o documento. Esses prefácios, escritos para edições alemãs, inglesas, russas e polonesas, refletem as transformações ocorridas no capitalismo europeu e no movimento operário desde 1848. Além disso, Engels acrescentou notas explicativas e comentários que ajudam a esclarecer referências históricas presentes no texto original.

No Brasil, o *Manifesto do Partido Comunista* começou a circular ainda no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, inicialmente em traduções indiretas e edições militantes vinculadas ao movimento operário. Ao longo do século XX surgiram diversas traduções brasileiras, associadas a diferentes momentos da história política e editorial do país. Entre as mais conhecidas estão as versões publicadas por editoras como **Civilização Brasileira, Global, Boitempo Editorial e outras casas editoriais dedicadas à difusão do pensamento social e político**. Essas traduções desempenharam papel importante na formação intelectual de gerações de estudantes, militantes e pesquisadores das ciências humanas.

A tradução aqui apresentada procura preservar a estrutura argumentativa e o estilo retórico característico do texto de 1848. O *Manifesto* não é apenas um documento político; é também um texto literariamente construído, marcado por formulações sintéticas, paralelismos retóricos e passagens de forte impacto discursivo. Por esse motivo, buscou-se manter a cadência do original alemão sempre que possível, evitando tanto a simplificação excessiva quanto a artificialidade estilística.

Do ponto de vista terminológico, foram mantidos os conceitos consagrados na tradição das traduções marxianas em língua portuguesa, tais como **burguesia, proletariado, luta de classes, propriedade privada, relações de produção e forças produtivas**. A consistência terminológica foi tratada como elemento essencial, uma vez que tais conceitos constituem o núcleo analítico da crítica marxiana da sociedade capitalista.

Esta edição apresenta ainda um **sistema de notas explicativas**, cujo objetivo é auxiliar a leitura contemporânea do texto. Muitas passagens do *Manifesto* fazem referência a acontecimentos políticos, movimentos sociais ou correntes intelectuais do século XIX — como o cartismo inglês, as insurreições polonesas, as disputas entre correntes socialistas ou os debates sobre a revolução francesa. As notas procuram contextualizar essas referências, esclarecer nomes e acontecimentos históricos e, quando necessário, indicar variantes textuais presentes nas diferentes edições do documento.

O objetivo desta tradução é oferecer ao leitor de língua portuguesa uma edição que combine **fidelidade filológica, clareza interpretativa e contextualização histórica**. Ao reunir tradução, aparato de notas e referências editoriais, esta edição procura contribuir para a leitura crítica de um texto que, mais de um século e meio após sua publicação, permanece como uma das obras fundamentais da história das ideias políticas e sociais.

Karl Marx – Friedrich Engels
Manifest der Kommunistischen Partei (1848)

Texto original (alemão)
Manifest der Kommunistischen Partei

Introdução

Um espectro ronda a Europa — o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa uniram-se numa verdadeira cruzada contra esse espectro: o Papa e o Czar, Metternich e Guizot, radicais franceses e policiais alemães.

Qual é o partido de oposição que não tenha sido acusado de comunista por seus adversários no poder? E qual é o partido de oposição que não tenha devolvido a acusação infamante de comunismo tanto contra os setores mais avançados da oposição quanto contra seus próprios adversários reacionários?

Duas conclusões decorrem desse fato.

O comunismo já é reconhecido por todas as potências europeias como uma força.

É tempo, portanto, de que os comunistas exponham abertamente diante do mundo inteiro suas concepções, seus objetivos e suas tendências, e que oponham ao conto do espectro do comunismo um manifesto do próprio partido.

Para esse fim, comunistas das mais diversas nacionalidades reuniram-se em Londres e redigiram o seguinte manifesto, que será publicado nas línguas inglesa, francesa, alemã, italiana, flamenga e dinamarquesa.

I. Burgueses e proletários

A história de toda sociedade até hoje existente é a história das lutas de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, luta que, a cada vez, terminou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com a ruína comum das classes em conflito.

Nas épocas anteriores da história, encontra-se quase por toda parte uma completa divisão da sociedade em diferentes estamentos, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga havia patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, burgueses de corporação, oficiais, servos, e, além disso, em quase cada uma dessas classes, novas subdivisões particulares.

A moderna sociedade burguesa, surgida da ruína da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas.

Nossa época, a época da burguesia, distingue-se, porém, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai-se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas uma à outra: burguesia e proletariado.

Dos servos da Idade Média saíram os primeiros habitantes fortificados das cidades; dessa burguesia urbana desenvolveram-se os primeiros elementos da burguesia moderna.

A descoberta da América e a circunavegação da África abriram um novo terreno para a burguesia em ascensão. O mercado das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o intercâmbio com as colônias, o aumento dos meios de troca e das mercadorias em geral deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso jamais conhecido, promovendo, assim, o rápido desenvolvimento do elemento revolucionário no interior da sociedade feudal em decomposição.

A antiga forma feudal ou corporativa de organização da indústria já não bastava para atender à demanda que crescia com os novos mercados. Em seu lugar surgiu a manufatura. Os mestres das corporações foram deslocados pela camada média industrial; a

divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho no interior da própria oficina.

Mas os mercados continuavam a crescer, a demanda continuava a subir. Tampouco a manufatura bastava mais. Então o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. No lugar da manufatura surgiu a grande indústria moderna; no lugar da camada média industrial surgiram os milionários industriais, os chefes de exércitos industriais inteiros, os modernos burgueses.

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial deu ao comércio, à navegação e às comunicações terrestres um desenvolvimento incomensurável. Isso, por sua vez, reagiu sobre a expansão da indústria, e, na mesma medida em que indústria, comércio, navegação e ferrovias se expandiam, nessa mesma medida desenvolvia-se a burguesia, multiplicava seus capitais e empurrava para o segundo plano todas as classes herdadas da Idade Média.

Vê-se, portanto, como a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações nos modos de produção e de circulação.

Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida sob o domínio dos senhores feudais; associação armada e autônoma na comuna; aqui, república urbana independente; ali, terceiro estado tributável da monarquia; depois, no tempo da manufatura, contrapeso da nobreza na monarquia estamental ou absoluta, base principal das grandes monarquias em geral; até conquistar, por fim, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, o domínio político exclusivo no moderno Estado representativo. O poder estatal moderno não é senão um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa.

A burguesia desempenhou, na história, um papel altamente revolucionário.

Onde chegou ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rompeu sem piedade os laços feudais multicoloridos que ligavam o homem a seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre homem e homem outro vínculo senão o interesse nu, senão o insensível "pagamento em dinheiro". Afogou os sagrados arrepios do êxtase religioso, do entusiasmo cavalheiresco e da melancolia pequeno-burguesa nas águas geladas do cálculo egoísta. Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e, no lugar das inúmeras liberdades garantidas e arduamente conquistadas, instituiu a única e desalmada liberdade de comércio.

Em uma palavra, colocou em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas a exploração aberta, desavergonhada, direta e seca.

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então veneráveis e contempladas com piedoso respeito. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta e o homem de ciência em seus trabalhadores assalariados.

A burguesia arrancou do vínculo familiar o seu véu comovente e sentimental e o reduziu a uma simples relação monetária.

A burguesia revelou que a brutal demonstração de força, tão admirada pela reação no Medievo, encontrava seu complemento adequado na mais indolente ociosidade. Foi ela a primeira a provar do que a atividade humana é capaz. Realizou maravilhas bem diferentes das pirâmides egípcias, dos aquedutos romanos e das catedrais góticas; empreendeu expedições bem diversas das migrações dos povos e das cruzadas.

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais. Ao contrário, a conservação inalterada do antigo modo de produção era a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A contínua revolução da produção, o abalo ininterrupto de todas as condições sociais, a eterna incerteza e movimento distinguem a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações fixas e enferrujadas, com seu séquito de concepções e ideias veneráveis, dissolvem-se; todas as novas envelhecem antes mesmo de poderem se ossificar. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são por fim obrigados a encarar com olhos sóbrios sua posição na vida e suas relações recíprocas.

A necessidade de um mercado cada vez mais amplo para seus produtos impele a burguesia por toda a superfície do globo. Ela precisa instalar-se em toda parte, explorar em toda parte, estabelecer vínculos em toda parte.

Por meio da exploração do mercado mundial, a burguesia imprimiu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande desgosto dos reacionários, tirou da indústria seu fundamento nacional. As antiquíssimas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São substituídas por novas indústrias, cuja introdução se torna questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que já não trabalham apenas matérias-primas locais, mas matérias-primas oriundas das regiões mais remotas, e cujos produtos são consumidos

não só no próprio país, mas simultaneamente em todas as partes do mundo.

No lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas necessidades, que exigem, para sua satisfação, os produtos dos países e climas mais distantes. No lugar da antiga autossuficiência e do isolamento local e nacional, surge um intercâmbio universal, uma dependência recíproca universal das nações. E isso vale tanto para a produção material quanto para a produção intelectual. As criações intelectuais das nações individuais tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e a estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial.

A burguesia, por meio do rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção e da imensa facilitação dos meios de comunicação, arrasta para a civilização até mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual derruba todas as muralhas da China e força à capitulação o mais tenaz ódio dos bárbaros aos estrangeiros. Obriga todas as nações, sob pena de ruína, a adotarem o modo de produção da burguesia; obriga-as a introduzirem em si mesmas a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua própria imagem.

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou consideravelmente a população urbana em relação à rural e, desse modo, arrancou uma parte significativa da população ao embrutecimento da vida no campo. Assim como subordinou o campo à cidade, subordinou também os países bárbaros e semibárbaros aos civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.

A burguesia elimina cada vez mais a fragmentação dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária disso foi a centralização política. Províncias independentes, quase apenas confederadas, com interesses, leis, governos e tarifas diferentes, foram comprimidas numa só nação, num só governo, numa só lei, num só interesse nacional de classe, numa só linha aduaneira.

Em seu domínio de classe de menos de cem anos, a burguesia criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas reunidas. Subjugação das forças da natureza, maquinaria, aplicação da química à indústria e à agricultura, navegação a vapor, ferrovias, telégrafos elétricos, cultivo de continentes inteiros, tornados navegáveis os rios, populações inteiras

brotadas do solo — que século anterior suspeitava que tais forças produtivas dormiam no seio do trabalho social?

Viu-se, portanto, que os meios de produção e de circulação, sobre cuja base a burguesia se formou, foram gerados no interior da sociedade feudal. Em certo estágio do desenvolvimento desses meios de produção e de circulação, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava, a organização feudal da agricultura e da manufatura, em suma, as relações feudais de propriedade, já não correspondiam mais às forças produtivas já desenvolvidas. Em vez de favorecer a produção, elas a entravavam. Transformaram-se em tantas cadeias. Era preciso quebrá-las, e elas foram quebradas. Em seu lugar entrou a livre concorrência, com a constituição social e política que lhe correspondia, com a dominação econômica e política da classe burguesa.

Diante dos olhos de todos, realiza-se agora um movimento semelhante. As relações burguesas de produção e de circulação, as relações burguesas de propriedade, a moderna sociedade burguesa, que conjurou meios de produção e de circulação tão poderosos, assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as potências subterrâneas que invocou. Há décadas, a história da indústria e do comércio nada mais é do que a história da revolta das forças produtivas modernas contra as relações modernas de produção, contra as relações de propriedade que são as condições de vida da burguesia e de seu domínio.

Basta mencionar as crises comerciais, que, em sua recorrência periódica, colocam de modo cada vez mais ameaçador em questão a existência de toda a sociedade burguesa. Nas crises comerciais, destrói-se regularmente grande parte não só dos produtos já criados, mas também das próprias forças produtivas já existentes. Nas crises irrompe uma epidemia social que teria parecido um absurdo a todas as épocas anteriores — a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; uma fome, uma guerra geral de devastação parece ter-lhe cortado todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Porque possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe já não servem para promover as relações burguesas de propriedade; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações, que agora as entravam; e, assim que superam esse obstáculo, lançam toda a sociedade burguesa em desordem, ameaçam a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza por elas produzida.

Como a burguesia supera as crises? De um lado, pela destruição forçada de uma massa de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais profunda dos antigos. Por meio de quê, então? Preparando crises mais extensas e mais violentas e reduzindo os meios de preveni-las.

As armas com que a burguesia derrubou o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia.

Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; gerou também os homens que empunharão essas armas — os trabalhadores modernos, os proletários.

Na mesma medida em que a burguesia, isto é, o capital, se desenvolve, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só vivem enquanto encontram trabalho, e só encontram trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses trabalhadores, que precisam vender-se em parcelas, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio e, por isso mesmo, estão igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência e a todas as flutuações do mercado.

O trabalho dos proletários, com a expansão da maquinaria e da divisão do trabalho, perdeu todo caráter autônomo e, com isso, todo atrativo para o trabalhador. Ele se torna um mero apêndice da máquina, do qual se exige apenas o gesto mais simples, mais monótono e mais fácil de aprender. Os custos que o trabalhador ocasiona limitam-se, portanto, quase só aos meios de subsistência de que necessita para sua manutenção e para a reprodução de sua raça. O preço de uma mercadoria, portanto também o do trabalho, é, porém, igual ao seu custo de produção. Na mesma medida em que aumenta o caráter repugnante do trabalho, diminui o salário. Mais ainda: na mesma medida em que aumentam a maquinaria e a divisão do trabalho, aumenta também a massa do trabalho, seja pelo aumento das horas laborais, seja pelo aumento do trabalho exigido em determinado tempo, seja pela aceleração do ritmo das máquinas etc.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de trabalhadores comprimidas na fábrica são organizadas militarmente. Como simples soldados da indústria, são colocadas sob a vigilância de toda uma hierarquia de suboficiais e oficiais. Não são apenas servos da burguesia e do Estado burguês; são, a cada dia e a cada hora, escravizados pela máquina, pelo capataz e, sobretudo, pelo próprio burguês fabricante. Esse despotismo é tanto mais mesquinho, odioso e exasperador quanto mais abertamente proclama o lucro como seu objetivo.

Quanto menos habilidade e dispêndio de força exige o trabalho manual, isto é, quanto mais a indústria moderna se desenvolve, tanto mais o trabalho dos homens é substituído pelo das mulheres. As diferenças de sexo e idade já não têm validade social para a classe trabalhadora. Existem apenas instrumentos de trabalho, que acarretam custos diferentes conforme a idade e o sexo.

Quando a exploração do operário pelo fabricante já chegou ao ponto de ele receber em dinheiro vivo seu salário, outros setores da burguesia lançam-se sobre ele: o proprietário, o merceeiro, o penhorista etc.

As antigas pequenas camadas médias, os pequenos industriais, comerciantes e rentistas, os artesãos e camponeses — todas essas classes caem no proletariado, em parte porque seu pequeno capital não basta para o funcionamento da grande indústria e sucumbe à concorrência dos capitalistas maiores, em parte porque sua habilidade é desvalorizada por novos modos de produção. Assim, o proletariado recruta-se em todas as classes da população.

O proletariado passa por diferentes estágios de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua própria existência.

No início, lutam os trabalhadores isolados; depois, os trabalhadores de uma fábrica; depois, os trabalhadores de um ramo de atividade, num mesmo lugar, contra o burguês individual que os explora diretamente. Dirigem seus ataques não apenas contra as relações burguesas de produção, mas contra os próprios instrumentos de produção; destroem mercadorias estrangeiras concorrentes, quebram máquinas, incendiam fábricas, procuram reconquistar a posição perdida do trabalhador medieval.

Nessa fase, os trabalhadores constituem uma massa dispersa pelo país e fragmentada pela concorrência. A coesão massiva dos trabalhadores ainda não é consequência de sua própria união, mas da união da burguesia, que, para alcançar seus próprios fins políticos, precisa pôr em movimento todo o proletariado e, por enquanto, ainda consegue fazê-lo.

Nessa fase, portanto, os proletários ainda não combatem seus inimigos, mas os inimigos de seus inimigos: os restos da monarquia absoluta, os proprietários fundiários, os burgueses não industriais, os pequenos burgueses. Todo o movimento histórico acha-se, assim, concentrado nas mãos da burguesia; toda vitória assim alcançada é uma vitória da burguesia.

Mas, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se amplia; ele se concentra em massas maiores, sua força cresce, e ele a sente cada vez mais. Os interesses e as condições de

vida no interior do proletariado tornam-se cada vez mais semelhantes, à medida que a maquinaria vai apagando as diferenças do trabalho e rebaixando quase por toda parte o salário a um nível igualmente baixo. A concorrência crescente entre os próprios burgueses e as crises comerciais daí resultantes tornam o salário dos trabalhadores cada vez mais instável; o aperfeiçoamento incessante e cada vez mais rápido da maquinaria torna sua situação inteira cada vez mais insegura; e os choques entre o trabalhador individual e o burguês individual assumem cada vez mais o caráter de choques entre duas classes. Os trabalhadores começam, então, a formar coalizões contra os burgueses; unem-se para defender seu salário. Fundam associações permanentes para prover-se de meios nas revoltas ocasionais. Em certos pontos, a luta irrompe em motins.

De tempos em tempos, os trabalhadores vencem, mas apenas por algum tempo. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Essa união é favorecida pelos meios de comunicação crescentes, criados pela grande indústria, que põem em contato os trabalhadores de diferentes localidades. Basta, porém, esse contato para centralizar os muitos combates locais, de caráter idêntico em toda parte, num combate nacional, num combate de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política. E a união para a qual os burgueses da Idade Média, com suas estradas vicinais, necessitaram de séculos, os proletários modernos, com as ferrovias, realizam em poucos anos.

Essa organização dos proletários em classe e, portanto, em partido político, é a cada instante rompida de novo pela concorrência entre os próprios trabalhadores. Mas ela renasce sempre, mais forte, mais firme, mais poderosa. Ela impõe o reconhecimento legal de interesses particulares dos trabalhadores, valendo-se das divisões no interior da própria burguesia. Assim ocorreu com a lei da jornada de dez horas na Inglaterra.

Os conflitos da velha sociedade, em geral, favorecem de muitos modos o desenvolvimento do proletariado. A burguesia encontra-se em luta contínua: primeiro, contra a aristocracia; depois, contra os setores da própria burguesia cujos interesses entram em contradição com o progresso da indústria; e sempre contra a burguesia de países estrangeiros. Em todas essas lutas, vê-se obrigada a apelar ao proletariado, a requisitar sua ajuda e, assim, a arrastá-lo para o movimento político. Ela própria, portanto, fornece ao proletariado seus próprios elementos de formação, isto é, armas contra si mesma.

Além disso, como se viu, o progresso da indústria atira no proletariado partes inteiras da classe dominante, ou ao menos ameaça suas condições de existência. Também elas trazem ao proletariado uma massa de elementos de formação.

Finalmente, nos tempos em que a luta de classes se aproxima da decisão, o processo de dissolução no interior da classe dominante, no interior de toda a velha sociedade, assume caráter tão violento e tão evidente que uma pequena parte da classe dominante se desliga dela e se une à classe revolucionária, à classe que traz o futuro em suas mãos. Assim como antes uma parte da nobreza passou para a burguesia, agora uma parte da burguesia passa para o proletariado, notadamente uma parte dos ideólogos burgueses que se elevaram até a compreensão teórica do conjunto do movimento histórico.

De todas as classes que hoje se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais classes se arruinam e desaparecem com a grande indústria; o proletariado é seu produto mais próprio.

As camadas médias, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês, todos combatem a burguesia para salvar da ruína sua existência como camadas médias. Não são, portanto, revolucionários, mas conservadores. Mais ainda: são reacionários, pois procuram fazer girar para trás a roda da história. Se são revolucionários, isso se deve apenas à perspectiva de sua passagem iminente ao proletariado; então defendem não seus interesses presentes, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para adotar o do proletariado. Já o lumpemproletariado, essa decomposição passiva das camadas mais baixas da velha sociedade, pode ser lançado aqui e ali no movimento por uma revolução proletária, mas, por toda a sua condição de vida, estará mais inclinado a vender-se para manobras reacionárias.

As condições de vida da velha sociedade já estão destruídas nas condições de vida do proletariado. O proletário é sem propriedade; sua relação com mulher e filhos já nada tem em comum com a relação familiar burguesa; o moderno trabalho industrial, a moderna sujeição ao capital, a mesma na Inglaterra e na França, na América e na Alemanha, despojou-o de todo caráter nacional. As leis, a moral, a religião são para ele tantos preconceitos burgueses, atrás dos quais se escondem outros tantos interesses burgueses.

Todas as classes anteriores que conquistaram o poder trataram de assegurar a posição já alcançada, submetendo toda a sociedade às condições de sua apropriação. Os proletários só podem conquistar as forças produtivas sociais abolindo seu próprio modo anterior de apropriação e, com isso, todo o modo de apropriação até

aqui existente. Os proletários nada têm de seu a preservar; têm de destruir todas as garantias privadas e seguranças privadas até hoje existentes.

Todos os movimentos anteriores foram movimentos de minorias ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria no interesse da imensa maioria. O proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode erguer-se nem pôr-se de pé sem fazer explodir toda a superestrutura das camadas que compõem a sociedade oficial.

Embora não quanto ao conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia é, quanto à forma, inicialmente nacional. O proletariado de cada país deve, naturalmente, antes de tudo ajustar contas com sua própria burguesia.

Ao traçar as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, acompanhou-se a guerra civil mais ou menos oculta no interior da sociedade existente até o ponto em que ela irrompe em revolução aberta e em que, pela derrubada violenta da burguesia, o proletariado funda sua dominação.

Toda sociedade anterior repousou, como se viu, sobre o antagonismo entre classes opressoras e oprimidas. Mas, para que uma classe possa ser oprimida, é preciso assegurar-lhe condições nas quais possa ao menos prolongar sua existência servil. O servo elevou-se à condição de membro da comuna em plena servidão, assim como o pequeno burguês elevou-se à condição de burguês sob o jugo do absolutismo feudal. O trabalhador moderno, ao contrário, em vez de elevar-se com o progresso da indústria, afunda cada vez mais abaixo das condições de sua própria classe. O trabalhador torna-se um pauper, e o pauperismo desenvolve-se mais rapidamente do que a população e a riqueza.

Torna-se, assim, evidente que a burguesia é incapaz de continuar sendo por muito tempo a classe dominante da sociedade e de impor à sociedade as condições de vida de sua classe como lei reguladora. Ela é incapaz de dominar porque é incapaz de assegurar a existência de seu escravo mesmo dentro de sua escravidão, porque é obrigada a deixá-lo cair numa situação em que precisa alimentá-lo, em vez de ser alimentada por ele. A sociedade já não pode viver sob seu domínio, isto é, a vida da burguesia já não é compatível com a sociedade.

A condição essencial para a existência e para o domínio da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o incremento do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado repousa exclusivamente sobre a concorrência dos trabalhadores entre si. O progresso da

indústria, cujo portador involuntário e sem resistência é a burguesia, substitui o isolamento dos trabalhadores, criado pela concorrência, por sua união revolucionária por meio da associação. Com o desenvolvimento da grande indústria, é retirada debaixo dos pés da burguesia a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz, antes de tudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.

II. Proletários e Comunistas

Qual é a relação entre os comunistas e os proletários em geral? Os comunistas não formam um partido separado em oposição aos outros partidos operários. Eles não possuem interesses distintos dos interesses de todo o proletariado.

Eles não estabelecem princípios particulares segundo os quais pretendam moldar o movimento proletário.

Os comunistas distinguem-se dos demais partidos proletários apenas pelo fato de que, por um lado, nas diferentes lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns de todo o proletariado, independentemente da nacionalidade; e, por outro lado, porque, nas diversas fases de desenvolvimento pelas quais passa a luta entre proletariado e burguesia, representam sempre os interesses do movimento em seu conjunto.

Assim, na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta e avançada dos partidos operários de todos os países; teoricamente, possuem diante do restante do proletariado a vantagem de compreender as condições, o curso e os resultados gerais do movimento proletário.

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: a constituição do proletariado como classe, a derrubada da dominação burguesa e a conquista do poder político pelo proletariado.

As teses teóricas dos comunistas não se baseiam de forma alguma em ideias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador social.

Elas são apenas expressões gerais das condições reais de uma luta de classes existente, de um movimento histórico que se desenvolve diante de nossos olhos.

A abolição das relações de propriedade existentes não é algo que caracterize exclusivamente o comunismo.

Todas as relações de propriedade estiveram sempre sujeitas a transformações históricas constantes.

A Revolução Francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal em favor da propriedade burguesa.

O que distingue o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa.

O moderno sistema de propriedade privada burguesa é, porém, a expressão mais completa do modo de produção e apropriação baseado nos antagonismos de classe e na exploração de uma classe por outra.

Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria na seguinte expressão: abolição da propriedade privada.

Acusaram-nos de querer abolir a propriedade adquirida pessoalmente e obtida pelo próprio trabalho — propriedade que seria a base de toda liberdade, atividade e independência individual.

Propriedade adquirida pelo próprio trabalho! Estais falando da propriedade pequeno-burguesa ou camponesa, que precedeu a propriedade burguesa? Não precisamos aboli-la; o desenvolvimento da indústria já a aboliu e continua a aboli-la diariamente.

Ou estais falando da propriedade privada burguesa moderna?

Mas o trabalho assalariado cria propriedade para o trabalhador? De modo algum. Ele cria capital, isto é, propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode crescer na condição de produzir novo trabalho assalariado para explorá-lo novamente.

[...]

No lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classe, surgirá uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um será a condição para o livre desenvolvimento de todos.

II. Proletários e comunistas

Em que relação se encontram os comunistas com os proletários em geral? Os comunistas não constituem um partido particular diante dos outros partidos operários. Não possuem interesses separados dos interesses de todo o proletariado.

Não estabelecem princípios particulares segundo os quais pretendam modelar o movimento proletário.

Os comunistas distinguem-se dos demais partidos proletários apenas por isto: de um lado, nas diferentes lutas nacionais dos proletários, põem em relevo e fazem valer os interesses comuns de todo o proletariado, independentes da nacionalidade; de outro, nas diferentes etapas de desenvolvimento pelas quais passa a luta entre proletariado e burguesia, representam sempre o interesse do movimento em seu conjunto.

Assim, na prática, os comunistas são a fração mais decidida e sempre impulsionadora dos partidos operários de todos os países; na teoria, têm sobre a massa restante do proletariado a vantagem de compreender as condições, o curso e os resultados gerais do movimento proletário.

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado. As proposições teóricas dos comunistas não se baseiam de modo algum em ideias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo.

São apenas expressões gerais de relações efetivas de uma luta de classes existente, de um movimento histórico que se desenrola diante de nossos olhos. A abolição das relações de propriedade até aqui existentes não é algo que caracterize exclusivamente o comunismo.

Todas as relações de propriedade estiveram submetidas a um constante movimento histórico, a uma constante transformação histórica.

A Revolução Francesa, por exemplo, suprimiu a propriedade feudal em favor da burguesa.

O que distingue o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa.

Mas a moderna propriedade privada burguesa é a expressão última e mais acabada da produção e apropriação dos produtos

fundada nos antagonismos de classe, na exploração de uns por outros.

Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nesta única expressão: abolição da propriedade privada.

Censuraram-nos, a nós comunistas, por querermos abolir a propriedade pessoalmente adquirida, conquistada pelo próprio trabalho; a propriedade que constituiria o fundamento de toda liberdade, atividade e independência pessoal.

Propriedade conquistada, adquirida, ganha pelo próprio esforço! Falais da propriedade pequeno-burguesa, pequeno-camponesa, que precedeu a propriedade burguesa? Não precisamos aboli-la; o desenvolvimento da indústria a aboliu e a abole diariamente.

Ou falais da moderna propriedade privada burguesa?

Mas o trabalho assalariado, o trabalho do proletário, cria-lhe propriedade? De modo algum. Ele cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado, que só pode multiplicar-se sob a condição de gerar novo trabalho assalariado para explorá-lo de novo. A propriedade, em sua forma atual, move-se no antagonismo entre capital e trabalho assalariado. Consideremos os dois lados desse antagonismo.

Ser capitalista significa ocupar não apenas uma posição puramente pessoal, mas uma posição social na produção. O capital é um produto comum e só pode ser posto em movimento por uma atividade comum de muitos membros, e, em última instância, apenas pela atividade comum de todos os membros da sociedade. O capital, portanto, não é um poder pessoal; é um poder social.

Assim, quando o capital é transformado em propriedade comum, pertencente a todos os membros da sociedade, não se transforma propriedade pessoal em propriedade social. Transforma-se apenas o caráter social da propriedade. Ela perde seu caráter de classe.

Passemos ao trabalho assalariado.

O preço médio do trabalho assalariado é o mínimo do salário, isto é, a soma dos meios de subsistência necessária para manter o trabalhador vivo como trabalhador. Portanto, aquilo que o trabalhador assalariado se apropria por sua atividade basta apenas para reproduzir sua vida nua e imediata. Não queremos de modo algum abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho para a reprodução da vida imediata, apropriação que não deixa nenhum excedente líquido que possa conferir poder sobre o trabalho alheio. Queremos apenas abolir o caráter miserável dessa apropriação, na qual o trabalhador vive apenas para aumentar o capital, vive apenas

na medida em que o exige o interesse da classe dominante. Na sociedade burguesa, o trabalho vivo é apenas um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é apenas um meio de ampliar, enriquecer e promover o processo de vida dos trabalhadores.

Na sociedade burguesa, portanto, o passado domina o presente; na comunista, o presente domina o passado. Na sociedade burguesa, o capital é autônomo e pessoal, enquanto o indivíduo ativo é dependente e impessoal.

E a abolição dessa relação a burguesia chama de abolição da personalidade e da liberdade! E com razão. Trata-se, de fato, da abolição da personalidade, da independência e da liberdade burguesas.

Por liberdade entende-se, no interior das atuais relações burguesas de produção, o livre comércio, a livre compra e venda.

Mas, se desaparece o tráfico, desaparece também o livre tráfico. As frases sobre o livre tráfico, assim como todas as outras bravatas de liberdade de nossa burguesia, têm sentido apenas em contraste com o tráfico regulado, com o burguês subjugado da Idade Média, mas não em relação à supressão comunista do tráfico, das relações burguesas de produção e da própria burguesia.

Vós vos horrorizais porque queremos abolir a propriedade privada. Mas, em vossa sociedade existente, a propriedade privada está abolida para nove décimos de seus membros; ela existe precisamente porque não existe para nove décimos. Acusais-nos, portanto, de querer abolir uma propriedade que pressupõe como condição necessária a falta de propriedade da imensa maioria da sociedade.

Numa palavra, censurais-nos por querermos abolir a vossa propriedade. Certamente, é isso que queremos.

Desde o instante em que o trabalho já não puder transformar-se em capital, dinheiro, renda fundiária, em suma, em poder social monopolizável; isto é, desde o instante em que a propriedade pessoal já não puder converter-se em propriedade burguesa, desde esse instante declarais que a pessoa foi abolida.

Confessais, portanto, que por pessoa não entendeis ninguém além do burguês, do proprietário burguês. E essa pessoa deve, de fato, ser abolida.

O comunismo não tira de ninguém o poder de apropriar-se de produtos sociais; tira apenas o poder de subjugar o trabalho alheio por meio dessa apropriação.

Objetou-se que, com a abolição da propriedade privada, cessaria toda atividade e se instalaria uma preguiça geral.

Se assim fosse, a sociedade burguesa já teria há muito perecido de inércia; pois os que nela trabalham nada adquirem, e os que nela adquirem não trabalham. Toda essa objeção reduz-se à tautologia de que já não há trabalho assalariado quando já não há capital.

Todas as objeções dirigidas contra o modo comunista de apropriação e de produção dos produtos materiais foram igualmente estendidas à apropriação e à produção dos produtos espirituais. Assim como, para o burguês, o desaparecimento da propriedade de classe equivale ao desaparecimento da própria produção, do mesmo modo, para ele, o desaparecimento da formação de classe é idêntico ao desaparecimento da formação em geral. A formação cujo desaparecimento ele lamenta é, para a enorme maioria, a formação para a máquina.

Mas não disputeis conosco medindo a abolição da propriedade burguesa por vossas concepções burguesas de liberdade, formação, direito etc. Vossas próprias ideias são produtos das relações burguesas de produção e de propriedade, assim como vosso direito é apenas a vontade de vossa classe elevada à condição de lei, uma vontade cujo conteúdo é dado nas condições materiais de vida de vossa classe.

A concepção interessada pela qual transformais vossas relações de produção e de propriedade, relações históricas e transitórias no curso da produção, em leis eternas da natureza e da razão, vós a compartilhais com todas as classes dominantes já desaparecidas. O que compreendeis acerca da propriedade antiga, o que compreendeis acerca da propriedade feudal, já não vos permitis compreender acerca da propriedade burguesa.

Abolição da família! Até os mais radicais se inflamam diante dessa intenção infame dos comunistas.

Sobre que se funda a família atual, a família burguesa? Sobre o capital, sobre o ganho privado. Em sua forma plenamente desenvolvida, ela existe apenas para a burguesia; mas encontra seu complemento na ausência forçada de família entre os proletários e na prostituição pública.

A família do burguês desaparece naturalmente com o desaparecimento desse seu complemento, e ambas desaparecem com o desaparecimento do capital.

Acusais-nos de querer abolir a exploração dos filhos por seus pais? Confessamos esse crime.

Mas, dizeis vós, destruímos as relações mais íntimas ao substituir a educação doméstica pela social.

E não é também vossa educação determinada pela sociedade? Pelas relações sociais no interior das quais educaís, pela intervenção mais direta ou mais indireta da sociedade, por meio da escola etc.? Os comunistas não inventam a influência da sociedade sobre a educação; apenas modificam seu caráter, arrancam a educação da influência da classe dominante.

As frases burguesas sobre família e educação, sobre a terna relação entre pais e filhos, tornam-se tanto mais repugnantes quanto mais, em consequência da grande indústria, todos os laços familiares dos proletários são rompidos e os filhos são transformados em simples artigos de comércio e instrumentos de trabalho.

Mas vós, comunistas, quereis introduzir a comunidade de mulheres, grita-nos toda a burguesia em coro.

O burguês vê em sua mulher um mero instrumento de produção. Ouve dizer que os instrumentos de produção devem ser explorados em comum e naturalmente não consegue pensar outra coisa senão que a sorte da comunhão atingirá igualmente as mulheres.

Não suspeita que se trata precisamente de abolir a posição das mulheres como meros instrumentos de produção.

Aliás, nada é mais ridículo do que o horror altamente moral de nossos burgueses diante da suposta comunidade oficial de mulheres entre os comunistas. Os comunistas não precisam introduzir a comunidade de mulheres; ela existiu quase sempre.

Nossos burgueses, não satisfeitos com o fato de terem à sua disposição as mulheres e filhas de seus proletários, sem falar da prostituição oficial, encontram um prazer especial em seduzirem reciprocamente as esposas uns dos outros.

O casamento burguês é, na realidade, a comunidade das esposas. No máximo, poder-se-ia censurar aos comunistas que quisessem introduzir, no lugar de uma comunidade de mulheres hipocritamente dissimulada, uma comunidade oficial e franca. Aliás, compreende-se por si mesmo que, com a abolição das atuais relações de produção, desaparece também a comunidade de mulheres que delas decorre, isto é, a prostituição oficial e não oficial.

Acusou-se ainda os comunistas de quererem abolir a pátria, a nacionalidade. Os trabalhadores não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem. Como o proletariado deve primeiro conquistar o poder político, elevar-se a classe nacional, constituir-se a si mesmo como nação, ele próprio é ainda nacional, embora de modo algum no sentido da burguesia.

As separações e antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais já com o desenvolvimento da burguesia,

com a liberdade de comércio, o mercado mundial, a uniformidade da produção industrial e as condições de vida que lhes correspondem.

A dominação do proletariado os fará desaparecer ainda mais. A ação unida, ao menos dos países civilizados, é uma das primeiras condições de sua libertação.

Na medida em que é abolida a exploração de um indivíduo por outro, é abolida também a exploração de uma nação por outra. Com o antagonismo das classes no interior da nação, cai a hostilidade das nações entre si.

As acusações contra o comunismo, levantadas de pontos de vista religiosos, filosóficos e ideológicos em geral, não merecem exame mais detalhado.

É necessária grande perspicácia para compreender que, com as condições de vida dos homens, com suas relações sociais, com seu ser social, mudam também suas representações, concepções e conceitos, numa palavra, sua consciência?

Que prova a história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram apenas as ideias da classe dominante.

Fala-se de ideias que revolucionam uma sociedade inteira; com isso apenas se exprime o fato de que, no interior da velha sociedade, formaram-se os elementos de uma nova, e de que, com a dissolução das velhas condições de vida, a dissolução das velhas ideias caminha no mesmo passo.

Quando o mundo antigo estava em ruína, as antigas religiões foram vencidas pela religião cristã. Quando, no século XVIII, as ideias cristãs sucumbiram às ideias do Iluminismo, a sociedade feudal travava sua luta de morte com a burguesia então revolucionária. As ideias de liberdade de consciência e de religião exprimiam apenas o domínio da livre concorrência no campo do saber.

"Mas", dir-se-á, "as ideias religiosas, morais, filosóficas, políticas, jurídicas etc. certamente se modificaram no curso do desenvolvimento histórico. A religião, a moral, a filosofia, a política, o direito conservaram-se sempre, apesar dessas mudanças. Há, além disso, verdades eternas, como liberdade, justiça etc., comuns a todos os estados sociais. O comunismo, porém, abole as verdades eternas, abole a religião, a moral, em vez de lhes dar nova forma; contradiz, portanto, todo o desenvolvimento histórico anterior."

A que se reduz essa acusação? A história de toda sociedade até hoje existente moveu-se em antagonismos de classe, que assumiram formas diferentes em épocas diferentes. Mas qualquer que tenha sido a forma assumida, a exploração de uma parte da

sociedade por outra é um fato comum a todos os séculos passados. Não admira, portanto, que a consciência social de todos os séculos, apesar de toda a variedade e diversidade, se mova em certas formas comuns, em formas de consciência que só se dissolvem completamente com o desaparecimento total do antagonismo de classes.

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade; não é de admirar que, em seu desenvolvimento, rompa da maneira mais radical com as ideias tradicionais.

Mas deixemos as objeções da burguesia ao comunismo.

Já vimos acima que o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado à classe dominante, a conquista da democracia.

O proletariado utilizará sua dominação política para arrancar pouco a pouco à burguesia todo o capital, centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas.

Isso, naturalmente, só poderá ocorrer, de início, por meio de intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações burguesas de produção, isto é, por meio de medidas que, economicamente, parecem insuficientes e insustentáveis, mas que, no decurso do movimento, ultrapassam a si mesmas e são inevitáveis como meios para revolucionar todo o modo de produção. Essas medidas serão, naturalmente, diferentes segundo os diversos países.

Para os países mais avançados, porém, poderão ser aplicadas quase geralmente as seguintes medidas:

Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra nas despesas do Estado. Forte imposto progressivo. Abolição do direito de herança. Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital estatal e monopólio exclusivo. Centralização dos meios de transporte nas mãos do Estado. Multiplicação das fábricas nacionais, dos instrumentos de produção, arroteamento e melhoramento das terras segundo um plano comum. Igual obrigação de trabalho para todos, estabelecimento de exércitos industriais, especialmente para a agricultura. Combinação do trabalho agrícola com o industrial, atuação no sentido da eliminação gradual da diferença entre cidade e campo. Educação pública e gratuita de todas as crianças. Abolição do trabalho fabril das crianças em sua forma atual. Combinação da educação com a produção material etc.

Quando, no curso do desenvolvimento, tiverem desaparecido as diferenças de classe e toda a produção estiver concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político, em sentido próprio, é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se unifica necessariamente em classe, torna-se, por meio de uma revolução, classe dominante e, como classe dominante, suprime violentamente as antigas relações de produção, então suprime, com essas relações de produção, as condições de existência do antagonismo de classes, as classes em geral, e, assim, sua própria dominação como classe.

No lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classe, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos.

III. Literatura socialista e comunista

1. O socialismo reacionário

a) O socialismo feudal

A aristocracia francesa e inglesa, em virtude de sua posição histórica, foi chamada a escrever panfletos contra a moderna sociedade burguesa. Na revolução francesa de julho de 1830 e no movimento de reforma inglês, ela foi novamente derrotada pelo odiado arrivista. Já não se podia falar de um combate político sério. Restava-lhe apenas a luta literária. Contudo, também no campo da literatura os velhos discursos do período da Restauração haviam se tornado impossíveis.

Para despertar simpatia, a aristocracia teve de aparentar perder de vista seus próprios interesses e formular sua acusação contra a burguesia apenas em nome da classe operária explorada.

Assim preparava a satisfação de entoar canções satíricas contra seu novo senhor e de sussurrar-lhe ao ouvido profecias mais ou menos ameaçadoras.

Dessa maneira surgiu o socialismo feudal: metade lamento, metade sátira; metade eco do passado, metade ameaça ao futuro; às vezes atingindo a burguesia no coração com um julgamento amargo e espiritualmente devastador, mas sempre produzindo efeito cômico por sua completa incapacidade de compreender o curso da história moderna.

Eles agitavam o saco de mendigo proletário como bandeira para reunir o povo atrás de si. Porém, sempre que o povo os seguia, percebia em suas costas os antigos brasões feudais e se dispersava em meio a risadas ruidosas e irreverentes.

Uma parte dos legitimistas franceses e o chamado Jovem Inglaterra ofereceram esse espetáculo.

Quando os feudais demonstram que sua forma de exploração era diferente da exploração burguesa, esquecem apenas que exploravam sob circunstâncias e condições completamente distintas, hoje já ultrapassadas.

Quando demonstram que sob sua dominação não existia o proletariado moderno, esquecem apenas que a burguesia moderna foi justamente um produto necessário de sua própria ordem social.

Além disso, ocultam tão pouco o caráter reacionário de sua crítica que sua principal acusação contra a burguesia consiste precisamente em afirmar que, sob seu regime, desenvolve-se uma classe capaz de fazer explodir toda a antiga ordem social.

Eles acusam ainda mais a burguesia por gerar um proletariado revolucionário do que simplesmente por gerar um proletariado.

Na prática política, portanto, participam de todas as medidas de violência contra a classe trabalhadora; e na vida cotidiana, apesar de toda sua retórica inflada, não hesitam em recolher os frutos dourados e trocar fidelidade, amor e honra pelo comércio de lã, beterrabas e aguardente.

Assim como o padre sempre caminhou de mãos dadas com o feudal, o socialismo clerical caminha de mãos dadas com o socialismo feudal.

Nada é mais fácil do que dar ao ascetismo cristão uma aparência socialista. O cristianismo não se insurgiu também contra a propriedade privada, contra o casamento e contra o Estado? Não pregou ele a caridade e a mendicância, o celibato e a mortificação da carne, a vida monástica e a Igreja em seu lugar?

O socialismo cristão é apenas a água benta com que o padre abençoa a indignação do aristocrata.

b) O socialismo pequeno-burguês

A aristocracia feudal não foi a única classe derrubada pela burguesia e cujas condições de vida definham e desapareceram na moderna sociedade burguesa. O antigo burguês das cidades medievais e o pequeno camponês foram os precursores da burguesia moderna. Nos países menos desenvolvidos industrial e comercialmente, essa classe ainda vegeta ao lado da burguesia emergente.

Nos países onde se desenvolveu a civilização moderna, formou-se uma nova pequena burguesia que oscila entre o proletariado e a burguesia e que constantemente se recompõe como parte complementar da sociedade burguesa. Seus membros, porém, são continuamente lançados ao proletariado pela concorrência e, com o desenvolvimento da grande indústria, veem aproximar-se o momento em que desaparecerão completamente como parte independente da sociedade moderna, sendo substituídos no comércio, na manufatura e na agricultura por capatazes e empregados.

Em países como a França, onde os camponeses constituem muito mais da metade da população, era natural que escritores que se levantavam em favor do proletariado contra a burguesia aplicassem à crítica do regime burguês o padrão pequeno-burguês e pequeno-camponês, defendendo o partido dos trabalhadores do ponto de vista da pequena burguesia. Assim formou-se o socialismo pequeno-burguês. Sismondi é o principal representante dessa literatura não apenas na França, mas também na Inglaterra.

Esse socialismo analisou com grande perspicácia as contradições das relações modernas de produção. Desmascarou as justificações hipócritas dos economistas. Demonstrou de forma irrefutável os efeitos destrutivos da maquinaria e da divisão do trabalho, a concentração dos capitais e da propriedade fundiária, a superprodução, as crises, a inevitável ruína dos pequenos burgueses e camponeses, a miséria do proletariado, a anarquia da produção, as gritantes desigualdades na distribuição da riqueza, a guerra industrial de extermínio entre as nações, a dissolução dos antigos costumes, das antigas relações familiares e das antigas nacionalidades.

Contudo, em seu conteúdo positivo, esse socialismo deseja ou restaurar os antigos meios de produção e de circulação, juntamente com as antigas relações de propriedade e a antiga sociedade, ou então aprisionar à força os modernos meios de produção e de circulação dentro do quadro das antigas relações de propriedade que já foram por eles destruídas e que necessariamente tinham de ser destruídas. Em ambos os casos ele é ao mesmo tempo reacionário e utópico.

O sistema de corporações na manufatura e a economia patriarcal no campo — eis suas últimas palavras.

Em seu desenvolvimento posterior, essa tendência degenerou em um lamento impotente.

c) O socialismo alemão ou “verdadeiro”

A literatura socialista e comunista da França, que surgiu sob a pressão de uma burguesia dominante e é a expressão literária da luta contra essa dominação, foi introduzida na Alemanha num momento em que a burguesia apenas começava sua luta contra o absolutismo feudal.

Filósofos alemães, meio filósofos e literatos apoderaram-se avidamente dessa literatura, esquecendo apenas que, com a importação desses escritos franceses, as condições de vida francesas não haviam sido importadas ao mesmo tempo para a Alemanha.

Diante das condições alemãs, a literatura francesa perdeu todo significado prático imediato e assumiu um aspecto puramente literário. Ela devia aparecer como uma especulação ociosa sobre a realização da essência humana.

Assim, para os filósofos alemães do século XVIII, as exigências da primeira Revolução Francesa significavam apenas exigências da “razão prática” em geral, e as manifestações de vontade da burguesia francesa representavam, aos seus olhos, as leis da vontade pura, da vontade como ela deve ser, da vontade verdadeiramente humana.

O trabalho exclusivo dos literatos alemães consistia em colocar as novas ideias francesas em harmonia com sua antiga consciência filosófica ou, mais precisamente, apropriar-se das ideias francesas a partir de seu ponto de vista filosófico.

Essa apropriação ocorreu da mesma forma como se apropriava uma coisa estrangeira em geral: por meio da tradução.

É sabido como os monges copiavam manuscritos dos clássicos pagãos e os cobriam com histórias absurdas de santos católicos. Os literatos alemães procederam de maneira inversa com a literatura profana francesa. Escreveram seu nonsense filosófico por trás do original francês.

Por exemplo, atrás da crítica francesa das relações monetárias escreveram “alienação da essência humana”; atrás da crítica francesa do Estado burguês escreveram “supressão da dominação do universal abstrato” etc.

Essa inserção de frases filosóficas nas análises francesas foi batizada por eles de “filosofia da ação”, “verdadeiro socialismo”, “ciência alemã do socialismo” etc.

A literatura socialista-comunista francesa foi assim literalmente emasculada. E como, nas mãos dos alemães, ela deixou de expressar a luta de uma classe contra outra, o alemão se julgou consciente de ter superado a “unilateralidade francesa” e de representar, em vez das necessidades reais, a necessidade da verdade, e em vez dos interesses do proletário, os interesses da essência humana, do homem em geral — do homem que não pertence a nenhuma classe, que não pertence sequer à realidade, mas apenas ao céu nebuloso da fantasia filosófica.

Esse socialismo alemão, que levava tão a sério seus exercícios escolares desajeitados e os proclamava com tanto alarde, perdeu gradualmente sua inocência pedante.

A luta da burguesia alemã, especialmente da burguesia prussiana, contra os feudais e o absolutismo monárquico — em suma, o movimento liberal — tornou-se mais séria.

Assim, ofereceu-se ao “verdadeiro” socialismo a desejada oportunidade de opor às reivindicações políticas do movimento liberal as exigências socialistas, de lançar as tradicionais maldições contra o liberalismo, contra o Estado representativo, contra a concorrência burguesa, contra a liberdade de imprensa burguesa, contra o direito burguês, contra a liberdade e a igualdade burguesas, e de pregar às massas populares que, nesse movimento burguês, nada tinham a ganhar, mas tudo a perder.

O socialismo alemão esqueceu oportunamente que a crítica francesa, da qual era um eco sem espírito, pressupunha a sociedade burguesa moderna, com as correspondentes condições materiais de vida e a adequada constituição política, pressupostos cuja conquista ainda estava em questão na Alemanha.

Ele serviu aos governos absolutos alemães, com seu séquito de padres, professores, junkers e burocratas, como um espantalho conveniente contra a burguesia ameaçadoramente ascendente.

Constituiu o complemento adocicado das chicotadas e balas de mosquete com que esses mesmos governos reprimiam as revoltas operárias alemãs.

Se o “verdadeiro” socialismo se tornou assim uma arma nas mãos dos governos contra a burguesia alemã, ele representava também diretamente um interesse reacionário: o interesse da pequena burguesia alemã.

Na Alemanha, a pequena burguesia, herdada do século XVI e que desde então reaparece constantemente sob diversas formas, constitui a verdadeira base das condições existentes.

Sua conservação é a conservação das condições alemãs existentes.

Do domínio industrial e político da burguesia ela teme sua ruína certa: de um lado pela concentração do capital, de outro pelo surgimento de um proletariado revolucionário.

O “verdadeiro” socialismo pareceu-lhe matar dois coelhos com uma cajadada só. Espalhou-se como uma epidemia.

O manto tecido de teias especulativas, bordado com flores retóricas e embebido de sentimentalismo nebuloso — esse manto exuberante com que os socialistas alemães envolveram suas poucas e magras “verdades eternas” — apenas aumentou a venda de sua mercadoria junto a esse público.

Por sua vez, o socialismo alemão reconheceu cada vez mais sua vocação de ser o pomposo representante dessa pequena burguesia.

Proclamou a nação alemã como a nação normal e o pequeno burguês alemão como o homem normal.

Deu a cada baixeza desse homem um sentido oculto, elevado, socialista, no qual ela significava seu contrário.

Chegou à última consequência ao colocar-se diretamente contra a tendência “brutalmente destrutiva” do comunismo e proclamar sua imparcial superioridade acima de todas as lutas de classes.

Com poucas exceções, tudo o que circula na Alemanha sob o nome de literatura socialista e comunista pertence a esse domínio de literatura suja e debilitante.

2. O socialismo conservador ou burguês

Uma parte da burguesia deseja remediar os males sociais a fim de assegurar a continuidade da sociedade burguesa.

Aqui se incluem: economistas, filantropos, humanitários, reformadores da condição das classes trabalhadoras, organizadores de caridade, fundadores de sociedades contra a crueldade aos animais, defensores da temperança, reformadores de toda espécie.

Esse socialismo burguês foi elaborado inclusive em sistemas completos.

Como exemplo, podemos citar **A Filosofia da Miséria**, de Proudhon.

Os burgueses socialistas querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e perigos que necessariamente dela decorrem.

Querem a sociedade existente, menos os elementos que a revolucionam e dissolvem.

Querem a burguesia sem o proletariado.

A burguesia imagina naturalmente o mundo em que domina como o melhor dos mundos.

O socialismo burguês transforma essa representação consoladora num sistema parcial ou completo.

Quando convida o proletariado a realizar seus sistemas e entrar no novo Jerusalém, no fundo exige apenas que ele permaneça na sociedade atual, mas abandone suas concepções hostis a respeito dela.

Uma segunda forma, menos sistemática e mais prática desse socialismo, procurou afastar a classe trabalhadora de todo movimento revolucionário demonstrando que não esta ou aquela transformação política, mas apenas uma transformação das condições materiais de vida poderia ser útil.

Por transformação das condições materiais de vida esse socialismo não entende de modo algum a abolição das relações burguesas de produção — que só pode ocorrer por meio da revolução — mas melhorias administrativas realizadas sobre a base dessas relações.

Assim, nada muda na relação entre capital e trabalho assalariado e, no melhor dos casos, apenas reduz os custos da dominação burguesa e simplifica o orçamento do Estado.

O socialismo burguês alcança sua expressão mais adequada quando se torna mera figura de retórica.

Livre-comércio — no interesse da classe trabalhadora!
Tarifas protecionistas — no interesse da classe trabalhadora!
Prisões celulares — no interesse da classe trabalhadora!

Essa é a última e única palavra séria do socialismo burguês.

O socialismo da burguesia consiste precisamente na afirmação de que os burgueses são burgueses — no interesse da classe trabalhadora.

3. O socialismo ou comunismo crítico-utópico

Não nos referimos aqui à literatura que, em todas as grandes revoluções modernas, expressou as exigências do proletariado (escritos de Babeuf etc.).

As primeiras tentativas do proletariado de impor diretamente seus próprios interesses de classe, numa época de agitação geral, durante o período de derrubada da sociedade feudal, fracassaram necessariamente devido ao estado ainda pouco desenvolvido do próprio proletariado e à ausência das condições materiais de sua libertação, que só surgem como produto da época burguesa.

A literatura revolucionária que acompanhou esses primeiros movimentos é, portanto, necessariamente reacionária em seu conteúdo. Ela ensina um ascetismo universal e uma grosseira igualdade.

Os sistemas propriamente socialistas e comunistas — os de Saint-Simon, Fourier, Owen etc. — surgem no primeiro período ainda pouco desenvolvido da luta entre proletariado e burguesia.

Os inventores desses sistemas percebem, de fato, o antagonismo entre as classes e a ação dissolvente dos elementos existentes na sociedade dominante. Contudo, não veem no proletariado nenhuma iniciativa histórica própria, nenhum movimento político específico.

Como o desenvolvimento do antagonismo de classes acompanha o desenvolvimento da indústria, eles também não encontram as condições materiais para a libertação do proletariado e procuram uma ciência social e leis sociais para criá-las.

No lugar da atividade social deve entrar sua própria atividade inventiva; no lugar das condições históricas da libertação, condições fantásticas; no lugar da organização gradual do proletariado como classe, uma organização social imaginada por eles.

A história futura do mundo se reduz, para eles, à propaganda e à realização prática de seus planos sociais.

Eles têm consciência de representar, em seus projetos, principalmente os interesses da classe trabalhadora enquanto classe mais sofredora.

Para eles, o proletariado existe apenas sob esse ponto de vista da classe que mais sofre.

A forma ainda pouco desenvolvida da luta de classes, assim como sua própria posição social, leva-os a acreditar que estão acima desse antagonismo.

Desejam melhorar as condições de vida de todos os membros da sociedade, inclusive dos mais favorecidos.

Por isso apelam constantemente à sociedade inteira, sem distinção de classe, e especialmente à classe dominante.

Basta compreender seu sistema para reconhecê-lo como o melhor plano da melhor sociedade possível.

Rejeitam, portanto, toda ação política e especialmente toda ação revolucionária.

Querem alcançar seu objetivo por meios pacíficos e procuram abrir caminho ao novo evangelho social por meio de pequenos experimentos, naturalmente fracassados, e pelo poder do exemplo.

A descrição fantasiosa da sociedade futura surge numa época em que o proletariado ainda está pouco desenvolvido e ainda compreende sua própria posição de maneira fantasiosa.

Contudo, os escritos socialistas e comunistas também contêm elementos críticos.

Atacam todos os fundamentos da sociedade existente.

Assim forneceram material extremamente valioso para a instrução dos trabalhadores.

Suas proposições positivas sobre a sociedade futura — por exemplo a abolição da oposição entre cidade e campo, da família, da propriedade privada, do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social, a transformação do Estado em simples administração da produção — apenas expressam o desaparecimento do antagonismo de classes.

Essas proposições ainda têm um significado puramente utópico.

A importância do socialismo crítico-utópico está em relação inversa com o desenvolvimento histórico.

Na mesma medida em que a luta de classes se desenvolve, essa elevação fantasiosa acima dela perde todo valor prático e toda justificativa teórica.

Embora os fundadores desses sistemas fossem, em muitos aspectos, revolucionários, seus discípulos formam sempre seitas reacionárias.

Eles mantêm as antigas concepções dos mestres diante do desenvolvimento histórico do proletariado.

Tentam, portanto, novamente suavizar o antagonismo de classes e reconciliar os opostos.

Ainda sonham com a realização experimental de suas utopias sociais: fundação de falanstérios, criação de colônias domésticas, estabelecimento de pequenas lérias.

Para construir todos esses castelos no ar, precisam apelar à filantropia dos corações e das bolsas burguesas.

Gradualmente caem na categoria dos socialistas reacionários ou conservadores e distinguem-se deles apenas por um pedantismo mais sistemático e por uma fé fanática nos efeitos milagrosos de sua ciência social.

Por isso se opõem com veemência a todo movimento político da classe trabalhadora.

Os owenistas na Inglaterra e os fourieristas na França reagem respectivamente contra os cartistas e os reformistas.

IV. Posição dos comunistas em relação aos diversos partidos de oposição

Após o que foi exposto na Seção II, compreende-se por si mesmo a relação dos comunistas com os partidos operários já constituídos, isto é, sua relação com os cartistas na Inglaterra e com os reformadores agrários na América do Norte.

Eles lutam pela realização dos objetivos e interesses imediatos da classe trabalhadora, mas, no movimento presente, representam ao mesmo tempo o futuro do movimento.

Na França, os comunistas unem-se ao partido social-democrata [90] contra a burguesia conservadora e radical, sem por isso renunciar ao direito de manter uma atitude crítica diante das frases e ilusões herdadas da tradição revolucionária.

Na Suíça, apoiam os radicais, sem ignorar que esse partido é composto de elementos contraditórios, em parte democratas socialistas no sentido francês, em parte burgueses radicais.

Entre os poloneses, os comunistas apoiam o partido que faz da revolução agrária a condição da libertação nacional, o mesmo partido que provocou a insurreição de Cracóvia em 1846 [91].

Na Alemanha, o Partido Comunista luta, sempre que a burguesia assume uma posição revolucionária, juntamente com a burguesia contra a monarquia absoluta, contra a propriedade feudal da terra e contra a pequena burguesia.

Entretanto, não deixa passar um único momento sem trabalhar para desenvolver entre os trabalhadores uma consciência tão clara quanto possível do antagonismo hostil entre [92] burguesia e proletariado, a fim de que os trabalhadores alemães possam imediatamente transformar as condições sociais e políticas que a burguesia terá necessariamente de criar com sua dominação em tantas armas contra a própria burguesia. Assim, após a queda das classes reacionárias na Alemanha, poderá começar imediatamente a luta contra a própria burguesia.

Os comunistas dirigem sua principal atenção à Alemanha porque esse país se encontra às vésperas de uma revolução burguesa e porque realizará essa transformação em condições mais avançadas da civilização europeia e com um proletariado muito mais desenvolvido do que a Inglaterra no século XVII e a França no século XVIII. A revolução burguesa alemã só poderá, portanto, ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária.

Em uma palavra, os comunistas apoiam em toda parte qualquer movimento revolucionário contra as condições sociais e políticas existentes.

Em todos esses movimentos, destacam a questão da propriedade — qualquer que seja a forma mais ou menos desenvolvida que ela tenha assumido — como a questão fundamental do movimento.

Por fim, os comunistas trabalham em toda parte pela união e pelo entendimento entre os partidos democráticos de todos os países.

Os comunistas consideram indigno ocultar suas opiniões e seus objetivos. Declaram abertamente que seus fins só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam diante de uma revolução comunista.

Os proletários nada têm a perder nela a não ser suas correntes. Têm um mundo a ganhar.

Proletários de todos os países, uni-vos!

Notas de tradução e comentários

1. “Gespenst” (espectro)

A palavra alemã *Gespenst* significa “fantasma” ou “espectro”. Marx e Engels utilizam deliberadamente uma metáfora dramática para indicar que o comunismo aparece como algo que “assombra” as elites políticas europeias. A escolha da palavra tem também um efeito retórico: aquilo que as classes dominantes temem como fantasma é apresentado como uma força histórica real.

2. “Europa antiga” (das alte Europa)

A expressão refere-se ao sistema político conservador que dominava a Europa após o **Congresso de Viena (1815)**. Esse sistema restaurou monarquias e buscou impedir revoluções inspiradas pela Revolução Francesa (1789).

3. O Papa e o Czar

Marx menciona duas figuras que simbolizam o poder conservador europeu:

- **O Papa** — representação do poder religioso e da Igreja Católica na política europeia.
- **O Czar** — o imperador da Rússia, símbolo do absolutismo e do poder autocrático.

A Rússia era vista por muitos revolucionários do século XIX como a principal força de reação política na Europa.

4. Metternich

Klemens von Metternich (1773–1859) foi chanceler do Império Austríaco e um dos principais arquitetos da ordem conservadora pós-napoleônica. Ele organizou um sistema de vigilância e repressão contra movimentos liberais e revolucionários.

5. Guizot

François Guizot (1787–1874) foi primeiro-ministro da França durante a Monarquia de Julho (1830–1848). Representava o liberalismo conservador burguês e foi derrubado na Revolução de 1848.

6. “Radicais franceses e policiais alemães”

Marx emprega ironia ao colocar no mesmo grupo: revolucionários moderados franceses

forças policiais conservadoras alemãs

A ironia indica que diferentes forças políticas acusavam seus adversários de “comunismo”, transformando o termo numa espécie de rótulo político.

7. A estratégia retórica da introdução

O início do manifesto utiliza uma forma clássica de **retórica política**:

1. apresenta o comunismo como algo já temido pelas elites;
 2. transforma esse medo em prova de sua importância histórica;
 3. anuncia a necessidade de explicar publicamente o programa comunista.
-

8. Londres como centro político do exílio revolucionário

No século XIX, Londres tornou-se um importante centro de exilados políticos europeus. Marx e Engels participaram da **Liga dos Comunistas**, organização internacional de trabalhadores fundada em 1847, que encomendou a redação do manifesto.

9. Nota histórica sobre a obra

O **Manifesto do Partido Comunista** foi escrito entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848 por Karl Marx e Friedrich Engels como programa político da **Liga dos Comunistas**.

A primeira edição foi publicada em **fevereiro de 1848 em Londres**, poucos dias antes da eclosão das **Revoluções de 1848**, que se espalharam por diversos países europeus.

10. Nota da edição original

O *Manifesto do Partido Comunista* é um dos documentos programáticos mais importantes do comunismo científico.

Vladimir Lênin escreveu posteriormente:

“Este pequeno livro pesa tanto quanto volumes inteiros; seu espírito inspira e move até hoje todo o proletariado organizado e combativo do mundo civilizado.”

O manifesto foi publicado inicialmente como programa da **Liga dos Comunistas** em Londres, em uma edição de **23 páginas**.

Posteriormente, ao longo de 1848, foram realizadas novas impressões e traduções para diversas línguas europeias.

11. “A história de toda sociedade até hoje existente...”

Essa é uma das teses mais célebres do texto. Marx e Engels apresentam a **luta de classes** como chave interpretativa da história. Não querem dizer que todo acontecimento histórico se reduza

mecanicamente à economia, mas que os conflitos entre grupos sociais com posições materiais distintas estruturam os grandes movimentos históricos.

12. Burguesia e proletariado

Burguesia: classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios sociais de produção, que exploram trabalho assalariado.

Proletariado: classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, por não possuírem meios próprios de produção, precisam vender sua força de trabalho para sobreviver.

Essa definição é central para toda a arquitetura conceitual do manifesto.

13. Nota histórica sobre “toda sociedade”

Engels esclarece depois que, falando com mais precisão, tratava-se da **história escrita**, porque o conhecimento sobre formas comunitárias primitivas ainda era muito limitado em 1847. Mais tarde, com estudos sobre propriedade comunal e formas gentílicas, Engels refinou esse ponto, sobretudo em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

14. “Estamentos” e “classes”

No trecho inicial, Marx e Engels passam de sociedades organizadas em **estamentos** a uma sociedade organizada em **classes**.

Estamento não é exatamente o mesmo que classe. O estamento medieval envolve posição jurídica, honra, privilégios e deveres herdados. Já a classe, no capitalismo, está ligada sobretudo à posição na produção: quem possui capital e meios de produção, e quem vende força de trabalho.

15. A burguesia como classe revolucionária

Um dos pontos mais importantes — e às vezes mal compreendidos — é que Marx e Engels reconhecem o papel historicamente revolucionário da burguesia. Ela destrói a ordem feudal, amplia as forças produtivas, universaliza o mercado e dissolve estruturas tradicionais. O caráter revolucionário aqui é **histórico**, não moral. A burguesia revoluciona o mundo, mas o faz sob a lógica da exploração.

16. “Tudo o que é sólido se volatiliza”

A célebre formulação “Alles Ständische und Stehende verdampft” foi traduzida aqui como “Tudo o que é sólido e estável se volatiliza”. A ideia é que o capitalismo dissolve continuamente vínculos duradouros, tradições e formas fixas de vida social. Trata-se de uma descrição poderosa da modernidade capitalista: instabilidade permanente, destruição criativa, mudança incessante.

17. Mercado mundial e mundialização

Esse trecho antecipa uma teoria da expansão global do capitalismo. A burguesia é apresentada como força que universaliza a circulação, a produção e o consumo. O manifesto descreve, em linguagem do século XIX, um processo que hoje seria associado à mundialização econômica, à integração de mercados e à dependência internacional.

18. “Literatura mundial”

A noção de *Weltliteratur* (“literatura mundial”) é muito relevante. Marx e Engels retomam, em parte, um horizonte que já aparecia em Goethe, mas agora sob uma chave material: a circulação mundial de produtos e ideias gera também uma circulação mundial da cultura. Não se trata apenas de ideal cosmopolita; trata-se do efeito cultural do mercado mundial.

19. Orientalismo e eurocentrismo

Há, nesse capítulo, formulações típicas do século XIX, como a oposição entre “civilizados” e “bárbaros”, ou entre “Oriente” e “Ocidente”. Hoje essas passagens exigem leitura crítica. Elas revelam o vocabulário histórico da época e, ao mesmo tempo, mostram limites importantes do texto. Em uma edição comentada, vale registrar que o manifesto combina enorme capacidade analítica sobre o capitalismo com marcas de linguagem eurocêntrica próprias de seu tempo.

20. O Estado como “comitê” da burguesia

Quando Marx e Engels escrevem que o Estado moderno é “um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”, não afirmam necessariamente que cada agente estatal individual aja conscientemente como mero fantoche da classe dominante. A formulação é estrutural: o Estado moderno organiza juridicamente e politicamente as condições gerais de reprodução da sociedade burguesa.

21. Relações de produção e forças produtivas

Aqui aparece um eixo decisivo do pensamento de Marx: as **forças produtivas** (técnica, trabalho social, meios de produção, capacidade produtiva) entram em contradição com as **relações de produção** (formas de propriedade, dominação e apropriação). Quando essas relações passam a bloquear o desenvolvimento das forças produtivas, surgem crises estruturais e possibilidades de transformação histórica.

22. Crises e superprodução

Marx e Engels identificam no capitalismo uma contradição decisiva: a sociedade entra em crise não por produzir de menos, mas por produzir demais relativamente às formas de apropriação vigentes. A “epidemia da superprodução” mostra que a miséria não decorre

apenas da escassez natural, mas da forma social pela qual a riqueza é produzida e distribuída.

23. “O feiticeiro que não controla mais as forças que invocou”

A metáfora do feiticeiro exprime a incapacidade da burguesia de dominar plenamente as forças econômicas que ela mesma desencadeia. O capitalismo é dinâmico, expansivo e inovador, mas também instável, recorrendo a crises periódicas que ameaçam sua própria reprodução.

24. Trabalho, maquinaria e desqualificação

O texto descreve a perda de autonomia do trabalhador na grande indústria. A maquinaria e a divisão do trabalho reduzem o operário a “apêndice da máquina”. Essa formulação reaparece de modo mais desenvolvido em Marx, especialmente em seus escritos econômicos posteriores, quando analisa a subsunção do trabalho ao capital e os efeitos da grande indústria sobre o saber operário.

25. “Preço do trabalho” e “força de trabalho”

No manifesto, ainda aparece a expressão “preço do trabalho”, mas, posteriormente, Marx substituirá essa formulação por “valor da força de trabalho” e “preço da força de trabalho”, termos conceitualmente mais precisos. O trabalhador não vende “trabalho” em abstrato; vende sua capacidade de trabalhar por um período determinado.

26. Mulheres e crianças

A passagem sobre a substituição do trabalho masculino pelo das mulheres e crianças deve ser lida à luz da industrialização do século XIX, quando o capital incorporou em larga escala trabalho feminino e infantil. Marx voltará a esse tema em análises posteriores sobre jornada, fábrica, disciplina e dissolução de formas familiares tradicionais sob a pressão do capital.

27. Coalizões, associações e Trade-Unions

Engels aproxima “Koalitionnen” das **Trade-Unions**, isto é, dos sindicatos. O manifesto descreve um movimento que vai da dispersão à associação, do conflito local à organização política. Essa passagem é central porque mostra que a classe trabalhadora não é dada de antemão: ela se constitui historicamente por meio da luta.

28. “Toda luta de classes é uma luta política”

Essa frase é decisiva. Ela significa que conflitos salariais, disputas por jornada ou resistência patronal não permanecem apenas no plano econômico. Quando se generalizam, implicam poder, lei, organização, representação e Estado. Em outras palavras: a luta de classes tem sempre desdobramento político.

29. A lei das dez horas

A “Zehnstundenbill” refere-se à legislação inglesa que limitou a jornada de trabalho em determinados setores. Marx e Engels a tomam como exemplo de conquista operária arrancada no interior da própria sociedade burguesa, aproveitando divisões entre frações da classe dominante.

30. Ideólogos burgueses que passam ao proletariado

Marx e Engels registram que, em momentos de crise, uma parte dos intelectuais oriundos da burguesia pode aderir à classe revolucionária. Essa passagem é importante porque não reduz a luta de classes a origem social imediata: há deslocamentos teóricos e políticos possíveis.

31. Pequena burguesia e conservadorismo

As camadas médias aparecem como grupo oscilante. Em geral, não são descritas como força revolucionária consequente, porque lutam para preservar formas sociais ameaçadas pela grande indústria. Quando se radicalizam, isso ocorre em função de seu processo de proletarianização.

32. Lumpemproletariado

O termo designa setores desorganizados, precarizados e desagregados das camadas inferiores da sociedade. Marx e Engels os distinguem do proletariado organizado. Trata-se de conceito polêmico, que exige cautela crítica hoje, mas no texto ele serve para marcar a diferença entre classe trabalhadora organizada e massas desestruturadas facilmente instrumentalizáveis.

33. O proletariado como classe universal

Quando o manifesto afirma que o movimento proletário é o da “imensa maioria no interesse da imensa maioria”, o proletariado aparece como classe cuja emancipação exigiria abolir a própria estrutura de classes. Por isso ele é apresentado não apenas como classe explorada, mas como portador de uma transformação social universal.

34. Nacional e internacional

A luta proletária é dita “nacional” quanto à forma e não quanto ao conteúdo. Isso quer dizer: cada proletariado enfrenta primeiro sua própria burguesia, dentro de formações nacionais concretas, mas a lógica do conflito é internacional porque o capital já opera em escala mundial.

35. “A burguesia produz seus próprios coveiros”

Essa é a conclusão dramática do capítulo. A própria dinâmica do capital gera a classe que pode superá-lo. O proletariado não vem de fora do capitalismo; é seu produto interno e contraditório. A força do argumento está justamente aí: o capitalismo engendra as condições de sua contestação histórica.

36. Notas editoriais a partir das anotações originais

Nota 2 traduzida e adaptada

Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios sociais de produção, que exploram trabalho assalariado.

Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, por não possuírem meios próprios de produção, precisam vender sua força de trabalho para viver.

(Engels, nota à edição inglesa de 1888.)

37. Nota 3 traduzida e adaptada

Isto é, falando com precisão, a história transmitida por escrito. Em 1847, a pré-história da sociedade e as formas sociais anteriores à história documentada eram ainda pouco conhecidas. Mais tarde, pesquisas sobre propriedade comunal, comunidades aldeãs e formas gentílicas permitiram compreender melhor que a divisão da sociedade em classes é resultado da dissolução dessas formas comunais primitivas.

(Engels, nota à edição inglesa de 1888, retomando temas depois desenvolvidos em A origem da família, da propriedade privada e do Estado).

38. Nesta versão, optou-se por:

- traduzir **Bourgeoisie** por **burguesia**;
- traduzir **Proletarier** por **proletários**;
- manter **lumpemproletariado** como termo técnico consagrado;
- traduzir **bare Zahlung** por **“pagamento em dinheiro”**, preservando a *secura* da expressão;
- traduzir **Weltliteratur** por **literatura mundial**, forma mais consolidada em português.

39. Relação entre comunistas e proletários

Marx e Engels procuram afastar a ideia de que o comunismo seria uma seita política separada do movimento operário. Os comunistas são apresentados como parte do próprio movimento proletário, distinguindo-se apenas por sua compreensão teórica e por seu compromisso com os interesses gerais da classe trabalhadora.

40. Partido e classe

A noção de “partido” no texto não corresponde exatamente ao sentido contemporâneo de partido político institucional. Refere-se

mais amplamente a uma tendência ou corrente organizada dentro do movimento operário.

41. Consciência teórica do movimento proletário

Marx e Engels afirmam que os comunistas possuem uma compreensão mais clara das condições e do desenvolvimento da luta de classes. Esse ponto antecipa debates posteriores sobre consciência de classe e organização política do proletariado.

42. “Princípios sectários”

Na edição inglesa de 1888, Engels modifica a expressão para indicar que os comunistas não impõem princípios sectários ao movimento operário. A ideia central é que o comunismo não deriva de um projeto utópico arbitrário, mas da análise das condições históricas reais.

43. Internacionalismo proletário

Os comunistas destacam os interesses comuns do proletariado independentemente da nacionalidade. Essa ideia fundamenta o internacionalismo do movimento operário e posteriormente inspiraria organizações como a Primeira Internacional (1864).

44. Abolição das relações de propriedade

Marx e Engels enfatizam que a história sempre transformou as formas de propriedade. O comunismo não seria a primeira transformação desse tipo; o que ele propõe é a superação da propriedade privada burguesa.

45. Propriedade burguesa e exploração

A propriedade burguesa é definida como uma forma social baseada na exploração do trabalho assalariado. Esse argumento será desenvolvido posteriormente por Marx em *O Capital* (1867).

46. Exploração econômica

A exploração refere-se ao processo pelo qual o capital apropria-se do valor produzido pelo trabalho. Posteriormente Marx explicará esse mecanismo por meio da teoria da mais-valia.

47. Classe explorada e classe exploradora

A sociedade capitalista é caracterizada por Marx como dividida fundamentalmente entre duas classes: a burguesia, proprietária dos meios de produção, e o proletariado, que vende sua força de trabalho.

48. Liberdade no capitalismo

A liberdade burguesa refere-se principalmente à liberdade de comércio e à liberdade contratual. Marx critica essa noção por considerar que ela encobre relações materiais de dominação.

49. Família burguesa

Marx e Engels analisam a família moderna como uma instituição vinculada à propriedade e à herança. Posteriormente Engels desenvolveria essa análise em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884).

50. Educação e sociedade

A educação, segundo Marx e Engels, reflete as relações sociais existentes. A proposta comunista não seria abolir a educação, mas transformá-la ao retirar seu controle da classe dominante.

51. Crítica à moral burguesa

A crítica à chamada “comunidade de mulheres” responde a uma acusação frequente feita contra os comunistas no século XIX. Marx e Engels argumentam que a própria sociedade burguesa já mercantiliza as relações familiares.

52. Prostituição e sociedade burguesa

Os autores apontam a prostituição como fenômeno ligado às condições sociais do capitalismo, especialmente à desigualdade econômica e à mercantilização das relações humanas.

53. Proletariado e nação

Embora o proletariado não possua propriedade nacional no sentido burguês, Marx e Engels afirmam que ele deve inicialmente conquistar o poder político em seu próprio país.

54. Internacionalismo e superação dos conflitos nacionais

Os autores acreditam que o desenvolvimento do capitalismo já cria interdependência global entre as nações e que o socialismo aprofundaria esse processo.

55. Ideias dominantes

A tese de que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante aparece também em *A Ideologia Alemã* (1845–46).

56. Consciência social

A consciência humana é apresentada como condicionada pelas relações sociais e materiais de existência.

57. Medidas de transição

As medidas listadas por Marx e Engels representam propostas para países industrialmente avançados no contexto do século XIX. Elas não constituem um programa universal fixo, mas exemplos de políticas de transição.

58. Superação da oposição entre cidade e campo

A separação entre cidade e campo é vista como uma característica histórica do desenvolvimento das sociedades de classe.

59. Educação pública e trabalho

A proposta de unir educação e produção aparece também em escritos posteriores de Marx sobre educação politécnica.

60. Fim das classes sociais

Na teoria marxista, o desaparecimento das classes implica o desaparecimento do Estado como instrumento de dominação de classe.

61. “Livre desenvolvimento de cada um”

A frase final do capítulo expressa o princípio normativo da sociedade comunista: a liberdade individual depende da liberdade coletiva.

62. Comunistas e proletários

Marx e Engels insistem em que os comunistas não constituem uma seita separada do movimento operário. Eles se apresentam como a expressão teórica e prática mais consequente dos interesses gerais do proletariado.

63. “Partido” no século XIX

A palavra *Partei* não deve ser lida apenas no sentido contemporâneo de partido institucional com registro eleitoral. Aqui ela pode indicar corrente, tendência ou agrupamento político no interior do movimento operário.

64. A edição de 1888 substitui “besonderen” por “sektiererischen”, aproximando o sentido de “princípios sectários”. Isso reforça a ideia

de que os comunistas não querem impor um programa arbitrário ou doutrinário de fora da luta histórica real.

65. Internacionalismo proletário

O texto formula um dos princípios centrais do comunismo marxiano: apesar de as lutas ocorrerem em contextos nacionais, os interesses fundamentais do proletariado são internacionais e independem da nacionalidade.

66. Teoria como expressão histórica

As formulações comunistas não são apresentadas como invenções morais de reformadores, mas como expressão conceitual de uma luta histórica efetiva. Esse ponto distingue Marx e Engels do socialismo utópico.

67. Propriedade e historicidade

Marx e Engels recusam a ideia de que a propriedade privada burguesa seja natural ou eterna. Toda forma de propriedade é histórica, transitória e vinculada a determinadas relações sociais.

68. Revolução Francesa como exemplo

A menção à Revolução Francesa mostra que a supressão de uma forma de propriedade por outra já havia ocorrido historicamente. O comunismo seria, assim, mais uma grande transformação histórica das relações de propriedade.

69. O alvo é a propriedade burguesa

Os autores esclarecem que não defendem a supressão de toda e qualquer forma de posse ou uso pessoal, mas da propriedade burguesa enquanto forma social ligada à exploração do trabalho assalariado.

70. Propriedade privada e exploração

A propriedade privada burguesa aparece como resultado e condição de um sistema em que uma classe se apropria do trabalho de outra. Mais tarde, Marx desenvolverá esse mecanismo com mais precisão na teoria da mais-valia.

71. Pequena propriedade anterior ao capitalismo

Quando o texto menciona a propriedade pequeno-burguesa e pequeno-camponesa, mostra que essas formas não são o centro da crítica principal. O próprio desenvolvimento capitalista já tende a dissolvê-las.

72. Trabalho assalariado não gera propriedade para o trabalhador

A ideia central aqui é que o trabalhador, ao vender sua força de trabalho, produz capital e não autonomia econômica. O fruto do trabalho aparece acumulado do lado do capitalista.

73. O capital como poder social

Marx e Engels insistem que o capital não é apenas riqueza individual, mas uma relação social. Por isso, sua transformação não significa simplesmente transferir bens privados a outras pessoas, mas alterar o caráter social da produção.

74. Caráter de classe da propriedade

Ao transformar o capital em propriedade comum, não se socializa a escova de dentes, a roupa ou o uso pessoal imediato; altera-se a forma social da propriedade dos meios de produção, que deixa de ser monopolizada por uma classe.

75. Salário mínimo de subsistência

O texto associa o salário médio ao mínimo necessário para a reprodução do trabalhador como trabalhador. Trata-se de uma formulação típica da crítica econômica de Marx e Engels no período.

76. Apropriação pessoal e sobrevivência

Os autores não propõem abolir a apropriação dos bens necessários à vida imediata. O alvo é a forma miserável em que o trabalhador só pode apropriar-se do indispensável para continuar servindo à valorização do capital.

77. Trabalho vivo e trabalho acumulado

A oposição entre trabalho vivo e trabalho acumulado é central no vocabulário marxiano. Na sociedade burguesa, o trabalho vivo serve para valorizar o trabalho acumulado sob a forma de capital; na comunista, o trabalho acumulado deveria servir à vida humana.

78. Passado e presente

Quando o texto afirma que, na sociedade burguesa, o passado domina o presente, refere-se ao domínio do capital acumulado sobre os indivíduos vivos. É uma formulação densa, quase filosófica, da crítica à reificação social.

79. Personalidade e liberdade burguesas

Marx e Engels não negam toda forma de individualidade; criticam uma individualidade burguesa fundada na propriedade, na concorrência e no privilégio de classe.

80. Liberdade como livre comércio

Aqui a liberdade burguesa aparece reduzida à liberdade de comprar e vender. O argumento é que a burguesia universaliza como ideal humano uma forma histórica específica de liberdade mercantil.

81. “Schacher”

O termo *Schacher* sugere tráfico, barganha, mercantilismo interesseiro. A tradução por “tráfico” ou “negócio mercantil” ajuda a preservar o tom crítico do original.

82. A propriedade já inexistente para a maioria

Marx e Engels argumentam que a propriedade privada burguesa só existe plenamente para uma minoria. Sua existência depende, estruturalmente, da não propriedade da maioria.

83. A “pessoa” burguesa

Ao dizer que a burguesia confunde “a pessoa” com o proprietário burguês, o texto denuncia a universalização ideológica de uma forma social particular de sujeito.

84. Comunismo e apropriação social

O comunismo não é definido como negação do uso ou da apropriação dos produtos sociais, mas da possibilidade de usar essa apropriação para dominar trabalho alheio.

85. Objeção da preguiça geral

Marx e Engels ridicularizam a acusação de que sem propriedade privada ninguém trabalharia. Trata-se de uma crítica a um argumento recorrente do liberalismo e do conservadorismo do século XIX.

86. Produção material e produção espiritual

O texto amplia a crítica da propriedade para o campo da cultura, da educação e das ideias. A formação e a produção intelectual são compreendidas como socialmente condicionadas.

87. Formação para a máquina

A frase de que a educação da maioria é “formação para a máquina”

antecipa a crítica da educação subordinada à divisão capitalista do trabalho.

88. Direito como vontade de classe

A formulação segundo a qual o direito é a vontade da classe dominante elevada à condição de lei é um dos pontos clássicos da crítica marxista do Estado e do direito.

89. Ideologia e naturalização

Os autores criticam a tendência burguesa de apresentar relações históricas transitórias como leis eternas da natureza e da razão. Esse é um núcleo decisivo da crítica da ideologia.

90. Família burguesa

A família é tratada como instituição historicamente determinada, vinculada ao capital, à herança e ao ganho privado, e não como forma eterna ou natural de convivência humana.

91. Família proletária e dissolução social

Marx e Engels observam que a burguesia idealiza a família ao mesmo tempo em que o capitalismo dissolve laços familiares entre os proletários por meio da miséria, do trabalho industrial e da mercantilização da vida.

92. Educação social

A crítica à educação doméstica “substituída” pela social procura mostrar que toda educação já é mediada pela sociedade. A disputa real é sobre qual classe controla o processo educativo.

93. Mulheres como “instrumentos de produção”

A passagem sobre a chamada “comunidade de mulheres” responde a um ataque comum aos comunistas. O texto denuncia a própria objetificação burguesa das mulheres, embora use linguagem marcada pelo século XIX.

94. Prostituição e hipocrisia burguesa

A crítica à prostituição oficial e não oficial revela a denúncia de que a moral burguesa convive com a mercantilização concreta dos corpos e das relações sexuais.

95. Trabalhadores e pátria

A afirmação de que os trabalhadores não têm pátria é uma das mais conhecidas do manifesto. Ela não nega a existência histórica das

nações, mas sustenta que o proletariado não participa da pátria burguesa como classe proprietária.

96. A edição de 1888 modifica a expressão para “classe dirigente da nação”. Isso mostra como Engels, depois, buscou ajustar certas formulações para maior precisão política.

97. Nacionalidade e internacionalismo

O proletariado deve organizar-se inicialmente no plano nacional, mas seu horizonte é internacional. Essa tensão entre forma nacional e conteúdo internacional é central para o marxismo posterior.

98. Ideias dominantes e classe dominante

A tese de que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante também aparece em *A Ideologia Alemã* e constitui um dos pilares da crítica marxista da ideologia.

99. Liberdade de consciência e livre concorrência

A provocação de que as ideias de liberdade de consciência e religião exprimiam o domínio da livre concorrência no campo do saber mostra o esforço de relacionar história intelectual e estrutura social.

100. “Verdades eternas”

Marx e Engels recusam a crítica de que o comunismo destruiria valores eternos, argumentando que mesmo essas categorias universais aparecem historicamente determinadas por sociedades divididas em classes.

101. A referência a “formas de consciência” indica que as ideias não flutuam acima da história, mas se organizam segundo formas sociais concretas que desaparecem com a transformação radical dessas condições.

102. Democracia e revolução operária

O texto afirma que a primeira etapa da revolução operária é a conquista da democracia. Essa formulação precisa ser lida no contexto de 1848 e dos debates sobre sufrágio, representação e poder popular.

103. Estado e proletariado

O Estado aparece aqui como instrumento de transição: centralização dos meios de produção nas mãos do proletariado

organizado como classe dominante. É uma formulação decisiva para a história posterior do marxismo.

104. Medidas de transição

A lista de medidas não deve ser lida como programa atemporal e acabado. Marx e Engels mesmos indicam que elas variariam conforme os países e o estágio histórico de desenvolvimento.

105. Cidade e campo

A superação da oposição entre cidade e campo é um tema constante em Marx e Engels, ligado à crítica da divisão social do trabalho e das separações estruturais do mundo burguês.

106. Trabalho infantil e educação

A proposta de abolir o trabalho fabril infantil “em sua forma atual” e combinar educação com produção aponta para uma reorganização radical da formação humana.

107. O desaparecimento do caráter político do poder público

Quando as classes desaparecerem, o poder público perde seu caráter político, isto é, deixa de ser instrumento de dominação de uma classe sobre outra.

108. Fim das classes e fim da dominação de classe

O proletariado, ao abolir as condições que produzem as classes, aboliria também sua própria condição de classe dominante. Esse é um ponto essencial da distinção marxiana entre dominação de transição e comunismo.

109. A frase final e a correção do MIA

A observação do Marxists' Internet Archive é importante: a forma correta é “o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos”. Sem “a condição de”, o sentido político e filosófico da frase fica empobrecido.

110. Livre desenvolvimento de cada um e de todos

Essa sentença final condensa um dos princípios mais fortes da crítica marxiana da sociedade burguesa: a emancipação individual não se opõe à coletiva, mas depende dela. Se quiser, eu já posso seguir com a **seção III** mantendo exatamente essa mesma padronização.

111. “Literatura socialista e comunista”

Neste capítulo, Marx e Engels não apresentam apenas uma classificação bibliográfica, mas uma tipologia político-ideológica das correntes socialistas anteriores ou contemporâneas ao comunismo que defendem. O objetivo é distinguir o comunismo que consideram “científico” de outras formas de crítica social.

112. Socialismo reacionário

A expressão designa formas de crítica à burguesia que não visam superar a exploração em direção a uma sociedade emancipada, mas restaurar ou conservar ordens sociais anteriores. É uma crítica ao capitalismo feita “para trás”, e não “para diante”.

113. Socialismo feudal

O “socialismo feudal” é atribuído a setores da aristocracia que passaram a denunciar os efeitos destrutivos da sociedade burguesa, mas sem abandonar sua própria posição de classe. Sua crítica da burguesia é, por isso, ambígua: às vezes certa, mas estruturalmente conservadora.

114. A aristocracia como crítica da burguesia

Marx e Engels reconhecem que a aristocracia pode desferir ataques inteligentes contra a burguesia, sobretudo ao denunciar a dissolução de vínculos tradicionais, a vulgaridade do dinheiro e a destruição de formas estáveis de vida. Ainda assim, essa crítica permanece comprometida com a defesa de privilégios antigos.

115. Restauração

A referência histórica é à **Restauração francesa de 1814–1830**, e não à inglesa do século XVII. Trata-se do período em que os Bourbons retornaram ao poder após a queda de Napoleão, tentando restaurar elementos do antigo regime.

116. “Perder de vista seus interesses”

Marx ironiza o gesto da aristocracia, que precisa fingir desinteresse para parecer falar em nome dos explorados. É uma observação sobre apropriação oportunista do sofrimento popular por classes reacionárias.

117. A “classe operária explorada” como recurso retórico

O texto sugere que a nobreza, para ganhar legitimidade, se apropria da linguagem social e da denúncia da exploração. Não se trata, porém, de solidariedade efetiva, mas de estratégia ideológica.

118. "Pasquill"

O termo alemão *Pasquill* designa um escrito satírico, panfletário, agressivo ou difamatório. A tradução por "sátira" preserva parte do sentido, mas a palavra original tem também uma conotação de libelo ou escrito de escárnio.

119. O efeito cômico do socialismo feudal

Marx e Engels consideram essa corrente involuntariamente ridícula porque pretende mobilizar o povo com linguagem social, mas traz consigo os sinais visíveis da velha ordem feudal. A imagem dos brasões feudais nas costas condensa essa crítica.

120. "Saco de mendigo proletário"

A imagem do *Bettelsack* ou "saco de mendigo" indica a instrumentalização simbólica da miséria popular. A aristocracia agita o sofrimento proletário como bandeira, sem deixar de ser aristocracia.

121. Legitimistas

Os legitimistas eram partidários da restauração da dinastia Bourbon na França. Representavam sobretudo interesses da aristocracia fundiária tradicional e se opunham à monarquia de Julho, mais associada à alta burguesia.

122. Jovem Inglaterra

O grupo **Young England** reunia escritores e políticos conservadores britânicos que criticavam a ordem burguesa industrial em nome de um ideal aristocrático e paternalista. Marx e Engels o veem como expressão inglesa do socialismo feudal.

123. A burguesia como produto do feudalismo

Uma tese importante aqui é que a burguesia não surgiu do nada, mas como fruto histórico do desenvolvimento da própria sociedade feudal. Por isso, os feudais que a criticam esquecem que ela é, em parte, sua própria descendente histórica.

124. O verdadeiro escândalo: o proletariado revolucionário

Para Marx e Engels, o que mais assusta os feudais não é a exploração capitalista em si, mas o fato de a burguesia produzir uma classe capaz de destruir toda a velha ordem social.

125. Crítica da hipocrisia feudal

O texto acusa a aristocracia de condenar verbalmente a burguesia enquanto, na prática, participa da repressão aos trabalhadores e desfruta dos ganhos da economia moderna.

126. “Maças douradas”

A imagem sugere os frutos materiais produzidos pela moderna sociedade industrial. Engels, em nota posterior, esclarece que em 1888 foi acrescentado que seriam “maças caídas da árvore da indústria”.

127. Schafswolle, Runkelrüben und Schnaps

A referência à lã, à beterraba e à aguardente remete especialmente à economia agrária e comercial da aristocracia fundiária alemã, sobretudo dos junkers. Marx e Engels sublinham a dimensão material e mercantil do comportamento aristocrático “real”, por trás da retórica nobre.

128. Socialismo clerical

A associação entre o padre e o feudal indica que a crítica social religiosa pode funcionar como mera cobertura espiritual de interesses aristocráticos. O “socialismo clerical” aparece, assim, como apêndice do socialismo feudal.

129. Ascetismo cristão com verniz socialista

Marx e Engels ironizam a facilidade com que certos valores cristãos — caridade, pobreza, celibato, mortificação — podem ser reinterpretados como socialismo, embora não representem uma crítica emancipatória das relações sociais modernas.

130. “Água benta” e legitimação ideológica

A imagem final do subcapítulo sugere que o cristianismo social não supera o ressentimento aristocrático: apenas o sacraliza.

131. Socialismo pequeno-burguês

Essa corrente corresponde à crítica do capitalismo feita do ponto de vista das classes médias em dissolução: pequenos proprietários, pequenos comerciantes, artesãos e camponeses. Ela percebe contradições reais do capitalismo, mas tende a desejar uma restauração de formas anteriores de produção.

132. O antigo “Pfahlbürgertum”

O termo remete à burguesia urbana medieval ou pré-moderna,

ligada às cidades muradas e a formas tradicionais de produção. Marx o menciona para mostrar a genealogia histórica das classes médias anteriores à grande indústria.

133. Pequena burguesia moderna

Nos países capitalistas desenvolvidos, a pequena burguesia reaparece de forma renovada, entre a burguesia e o proletariado, mas em condição instável. Ela é constantemente pressionada pela concorrência e pela concentração do capital.

134. Proletarização das camadas médias

Marx e Engels observam que a concorrência capitalista empurra continuamente membros da pequena burguesia para o proletariado. Esse processo é central para a dinâmica social do capitalismo.

135. França e o peso do campesinato

A menção à França decorre do peso demográfico e político dos camponeses no século XIX. Isso ajuda a explicar por que certas críticas da burguesia assumem ali um viés pequeno-burguês e camponês.

136. Sismondi

Jean Charles Léonard de Sismondi é apresentado como figura central do socialismo pequeno-burguês. Ele criticou aspectos fundamentais do capitalismo, como crises, miséria e desorganização social, mas sem propor uma superação revolucionária nos termos de Marx.

137. Força crítica dessa corrente

Marx e Engels reconhecem que o socialismo pequeno-burguês analisa com agudeza várias contradições capitalistas: superprodução, crises, ruína dos pequenos produtores, miséria operária e desordem social.

138. Crítica dos economistas

O texto acusa os economistas clássicos de embelezarem hipocritamente os efeitos do capitalismo. O socialismo pequeno-burguês teria o mérito de desfazer essas idealizações.

139. Conteúdo positivo reacionário

Apesar do acerto em sua crítica, o socialismo pequeno-burguês fracassa, segundo Marx e Engels, em seu conteúdo propositivo:

deseja restaurar estruturas antigas ou tentar conter a modernidade capitalista dentro de moldes já superados.

140. Reacionário e utópico ao mesmo tempo

A expressão é importante. Essa corrente é reacionária porque quer voltar atrás; e utópica porque acredita ser possível reinstalar formas históricas já destruídas pelo próprio desenvolvimento capitalista.

141. Corporações e economia patriarcal

A volta ao sistema corporativo artesanal e à economia rural patriarcal aparece como o horizonte final dessa corrente. Marx e Engels o consideram inviável historicamente.

142. "Katzenjammer"

A palavra pode significar "ressaca", "lamento", "choradeira" ou abatimento lamentoso. No contexto, expressa a degeneração da corrente em queixa impotente e melancólica.

143. O "verdadeiro" socialismo

Marx e Engels usam a expressão de modo crítico e irônico. Trata-se de uma apropriação alemã da literatura socialista francesa, transformada em especulação filosófica abstrata e desligada das condições sociais concretas da luta de classes.

144. Importação sem contexto

A crítica central é que as ideias francesas foram trazidas para a Alemanha sem as condições históricas que lhes davam sentido prático. O resultado foi uma despolitização filosófica da crítica social.

145. Filosofia e abstração

Marx e Engels atacam os literatos e filósofos alemães por converterem reivindicações políticas e sociais concretas em problemas abstratos sobre "essência humana", "vontade pura" e categorias especulativas.

146. Tradução como apropriação ideológica

A metáfora da tradução é decisiva. Não se trata apenas de verter de uma língua a outra, mas de traduzir politicamente, substituindo o conteúdo histórico francês por um vocabulário filosófico alemão.

147. Monges e manuscritos

A comparação com os monges que raspavam manuscritos antigos

para reescrevê-los com histórias de santos satiriza a forma como os alemães “sobrescrevem” a crítica social francesa com sua terminologia filosófica.

148. “Alienação da essência humana”

Marx ironiza aqui o jargão filosófico alemão, que reformula críticas materiais como se fossem apenas dramas da essência humana abstrata.

149. “Filosofia da ação”, “ciência alemã do socialismo”

Esses nomes são ridicularizados como etiquetas pomposas para um pensamento que, segundo Marx e Engels, esvazia a força concreta da crítica social francesa.

150. Literatura “emasculada”

A imagem é forte: ao ser filosoficamente reprocessada, a literatura socialista-comunista francesa perde sua potência combativa, isto é, sua virilidade política e histórica.

151. “Unilateralidade francesa”

Marx satiriza a pretensão alemã de superar a parcialidade francesa, quando na verdade ela elimina justamente o conteúdo histórico efetivo da luta de classes.

152. “O homem em geral”

A crítica recai sobre a abstração humanista que apaga as diferenças de classe e substitui o proletário real por uma figura vaga do “homem” universal.

153. A seriedade escolar do socialismo alemão

Os autores ridicularizam o tom solene e professoral dessa literatura, vista como exercício pedante que confunde abstração com profundidade.

154. O contexto alemão

Na Alemanha, a burguesia ainda lutava contra o absolutismo e o feudalismo. Por isso, segundo Marx e Engels, a crítica socialista francesa era prematuramente deslocada quando usada para combater o liberalismo antes mesmo de sua realização histórica.

155. Anátema

A palavra designa maldição, condenação, excomunhão. O uso aqui

sugere a postura dogmática e moralizante do “verdadeiro” socialismo diante do liberalismo e das reivindicações burguesas.

156. Pressupostos ainda ausentes

A crítica francesa da sociedade burguesa pressupunha o desenvolvimento da própria sociedade burguesa. Marx e Engels insistem que, na Alemanha, esses pressupostos ainda estavam por ser conquistados.

157. Função política conservadora

O “verdadeiro” socialismo serve aos governos absolutistas como arma ideológica contra a burguesia liberal emergente. Isso o transforma, na prática, em força reacionária.

158. Repressão aos trabalhadores

Marx e Engels sublinham a duplicidade dos governos alemães: reprimem violentamente os trabalhadores e, ao mesmo tempo, usam o discurso socialista abstrato como ornamento ideológico.

159. Interesse da pequena burguesia alemã

Além de servir ao absolutismo, essa corrente representa também os interesses de conservação da pequena burguesia alemã, ameaçada tanto pela burguesia industrial quanto pelo proletariado revolucionário.

160. O “Spießbürger”

O pequeno burguês filisteu, estreito e conformista, aparece como tipo social central dessa crítica. Engels, em 1888, explicita isso ao empregar “kleinen Philister”.

161. Epidemia ideológica

Marx usa a metáfora da epidemia para indicar a ampla difusão dessa literatura entre públicos pequeno-burgueses sensíveis a sua mistura de abstração, sentimentalismo e conservadorismo.

162. “Verdades eternas” envoltas em ornamento

A imagem do manto de teias especulativas e flores retóricas ironiza a tentativa de dar aparência grandiosa e profunda a conteúdos frágeis e abstratos.

163. A nação alemã como “nação normal”

O texto critica a tendência nacionalista do “verdadeiro” socialismo,

que absolutiza a experiência alemã e transforma o pequeno burguês alemão em medida universal do humano.

164. Anticomunismo em nome da superioridade imparcial

Marx e Engels denunciam a pretensão de estar “acima” das lutas de classes, vendo nela não neutralidade, mas uma forma de oposição ideológica ao comunismo e ao conflito real.

165. Karl Grün

Karl Grün foi um dos representantes do chamado “verdadeiro socialismo” na Alemanha.

166. Socialismo burguês

Essa forma de socialismo não quer abolir a sociedade burguesa, mas corrigir seus excessos para torná-la mais estável. Trata-se de um reformismo que busca preservar a ordem existente.

167. Filantropos, humanitários e reformadores

Marx e Engels agrupam sob essa rubrica um amplo espectro de iniciativas moralizadoras e assistenciais que pretendem aliviar os males sociais sem tocar em suas causas estruturais.

168. Proudhon e *Philosophie de la misère*

A obra de Proudhon é citada como exemplo. Marx e Engels a tomam aqui como expressão dessa tentativa de criticar aspectos da sociedade burguesa sem romper com sua base.

169. A burguesia sem o proletariado

A fórmula resume bem a crítica: o socialismo burguês quer manter a ordem burguesa eliminando os conflitos, os perigos e os sofrimentos que ela produz.

170. “O melhor dos mundos”

A ironia sugere que a burguesia tende a naturalizar seu próprio domínio como forma ideal de sociedade e tenta corrigir apenas os elementos que perturbam essa autoimagem.

171. O “novo Jerusalém”

A imagem bíblica é usada ironicamente para ridicularizar sistemas sociais consoladores que prometem redenção sem exigir ruptura revolucionária.

172. Reforma material sem revolução

Essa corrente fala em melhorar as condições materiais de vida, mas não em abolir as relações burguesas de produção. O que propõe são ajustes administrativos e mitigadores.

173. Melhorias compatíveis com o capital

Marx e Engels sublinham que, nesse registro, reformas só são aceitas quando reduzem os custos da dominação burguesa ou tornam o sistema mais eficiente.

174. Retórica social vazia

A enumeração “livre comércio”, “tarifas protecionistas”, “prisões celulares” — tudo “no interesse da classe trabalhadora” — mostra a vacuidade propagandística do socialismo burguês.

175. “Os burgueses são burgueses — no interesse da classe trabalhadora”

A frase resume sarcasticamente toda a lógica dessa corrente: tudo deve permanecer essencialmente como está, mas agora sob a justificativa de servir aos trabalhadores.

176. Babeuf

A referência a Babeuf distingue os socialistas utópicos da literatura revolucionária diretamente ligada às primeiras expressões políticas do proletariado. Babeuf é visto como parte de outra tradição revolucionária.

177. Primeiras tentativas proletárias

Marx e Engels afirmam que as primeiras iniciativas autônomas do proletariado fracassaram por falta de desenvolvimento histórico e de condições materiais adequadas.

178. Reacionária no conteúdo

A literatura que acompanhou essas primeiras tentativas é dita “reacionária” porque, segundo os autores, pregava ascetismo geral e igualitarismo grosseiro, sem compreender a dinâmica real da sociedade moderna.

179. Saint-Simon, Fourier, Owen

Esses autores representam o núcleo do socialismo utópico clássico. Marx e Engels reconhecem sua importância crítica, mas os situam em uma fase ainda imatura da luta de classes.

180. Ausência de “autoatividade histórica” do proletariado

O ponto decisivo é que esses sistemas não enxergam o proletariado como sujeito histórico autônomo, mas como massa sofredora a ser redimida por projetos formulados de fora.

181. Ciência social inventada em vez de luta histórica

Os utopistas procuram leis sociais e modelos ideais que substituam a prática histórica do conflito de classes e da organização proletária.

182. Organização “inventada” da sociedade

Marx e Engels opõem a organização imaginada da sociedade pelos utopistas à auto-organização histórica do proletariado como classe.

183. A “classe que mais sofre”

Os utopistas tomam o proletariado sobretudo como classe sofredora, não como força política revolucionária dotada de ação própria.

184. Acima dos antagonismos de classe

Por julgarem possível falar em nome de toda a sociedade, inclusive dos grupos privilegiados, os utopistas se pensam acima do conflito de classes.

185. Rejeição da ação política

Os utopistas, segundo Marx e Engels, preferem o exemplo, a persuasão e pequenos experimentos à ação revolucionária. Esse pacifismo é criticado como inadequado ao desenvolvimento histórico posterior.

186. A descrição fantasiosa do futuro

As imagens idealizadas da sociedade futura nascem num momento em que o proletariado ainda não dispõe de uma compreensão histórica suficientemente desenvolvida de sua própria posição.

187. Elementos críticos valiosos

Apesar das críticas, Marx e Engels reconhecem a importância histórica dos utopistas. Seus escritos atacam os fundamentos da sociedade existente e oferecem material valioso para a formação dos trabalhadores.

188. Cidade e campo

A superação da oposição entre cidade e campo aparece como uma

das formulações positivas desses autores e será também um tema importante no marxismo posterior.

189. Família, propriedade privada, trabalho assalariado

Os utopistas antecipam, de forma ainda abstrata, críticas que também aparecem no comunismo marxiano, mas sem baseá-las numa teoria madura da luta de classes.

190. Utopia e imaturidade histórica

O caráter utópico dessas proposições decorre, para Marx e Engels, do fato de surgirem antes do pleno desenvolvimento histórico do antagonismo de classes moderno.

191. Relação inversa com o desenvolvimento histórico

Quanto mais a luta de classes amadurece historicamente, menos espaço resta para sistemas utópicos que pretendem pairar acima dela.

192. Discípulos como seitas reacionárias

Uma tese forte do texto é que, embora os fundadores fossem em muitos aspectos revolucionários, seus seguidores se tornam frequentemente conservadores, presos a fórmulas antigas.

193. Phalanstère, Home-Colonies, Icária

Esses nomes se referem a experiências ou projetos concretos de comunidades ideais ligadas a Fourier, Owen e Cabet. Marx e Engels os veem como tentativas limitadas, experimentais e ilusórias.

194. "Duodez-Ausgabe des neuen Jerusalems"

A expressão sugere uma versão reduzida, miniaturizada, quase de bolso, do paraíso social prometido. É uma imagem sarcástica para as colônias utópicas.

195. Filantropia

A filantropia burguesa aparece como fonte imaginária de financiamento dessas utopias. Marx e Engels veem nisso uma contradição: tentar superar a sociedade burguesa apelando ao coração e à bolsa dos burgueses.

196. Pedantismo sistemático

O que distingue os utopistas tardios dos socialistas reacionários e conservadores seria apenas um maior sistematismo, combinado com fé quase religiosa em sua ciência social.

197. Hostilidade à política operária

Ao se oporem às lutas concretas dos trabalhadores, os utopistas terminam, segundo Marx e Engels, funcionando como freio à organização política do proletariado.

198. Owenistas, fourieristas, cartistas e reformistas

A referência final contrapõe os seguidores de Owen e Fourier aos movimentos políticos reais da classe trabalhadora, como o cartismo na Inglaterra e os reformistas republicanos na França. O contraste reforça a diferença entre sistema utópico e luta histórica efetiva.

199. "Partidos de oposição"

Nesta seção final, Marx e Engels deixam a exposição mais teórica e passam a indicar a posição prática dos comunistas diante de forças políticas concretas de seu tempo. O capítulo tem caráter programático e estratégico.

200. Relação com os partidos operários já constituídos

A abertura da seção remete diretamente ao capítulo II: os comunistas não são apresentados como grupo separado dos demais movimentos operários, mas como sua ala mais consequente, voltada tanto às lutas imediatas quanto ao horizonte histórico mais amplo.

201. Chartistas

Os **chartistas**, na Inglaterra, formavam o mais importante movimento político de massas da classe trabalhadora britânica nas décadas de 1830 e 1840. Defendiam, entre outras pautas, ampliação do sufrágio, voto secreto e reformas parlamentares. Para Marx e Engels, eram uma força central do proletariado inglês.

202. "Agrarian Reformers" na América do Norte

A referência aos "reformadores agrários" nos Estados Unidos aponta para movimentos que defendiam redistribuição ou reorganização do acesso à terra. No contexto norte-americano, a questão fundiária era crucial para pensar democracia, expansão territorial e trabalho livre.

203. Fins imediatos e futuro do movimento

A formulação é central: os comunistas lutam por objetivos imediatos da classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo

representam o “futuro do movimento”. Isso significa articular reivindicações concretas e estratégia histórica.

204. França e a social-democracia

O termo “social-democracia”, aqui, não tem o sentido que adquiriu mais tarde na tradição alemã e europeia. Engels esclarece que, naquele contexto, designava uma ala da democracia republicana francesa com tonalidade social, associada politicamente a Ledru-Rollin e, no campo intelectual, a Louis Blanc.

205. Ledru-Rollin e Louis Blanc

Alexandre Ledru-Rollin foi figura importante do republicanismo democrático francês; Louis Blanc, por sua vez, foi um dos principais nomes do socialismo reformista francês. Marx e Engels os citam para localizar concretamente o campo político ao qual os comunistas se uniam taticamente.

206. Aliança sem abdicação crítica

Marx e Engels deixam claro que o apoio tático a uma força política não significa adesão acrítica. Mesmo ao lado da social-democracia francesa, os comunistas preservam o direito de criticar suas frases herdadas da tradição revolucionária e suas ilusões ideológicas.

207. Frases e ilusões da tradição revolucionária

A expressão mostra que Marx e Engels já distinguem entre herança revolucionária e eficácia política real. Fórmulas vindas de 1789 ou de revoluções posteriores podem adquirir caráter retórico se não forem ligadas às condições materiais presentes.

208. Suíça e os radicais

Na Suíça, os comunistas apoiariam os radicais, mas reconhecendo o caráter heterogêneo dessa corrente. O texto mostra atenção à composição contraditória dos partidos, e não apenas aos seus nomes.

209. Elementos contraditórios dos radicais suíços

Marx e Engels observam que essa corrente reunia tanto democratas com inclinações socialistas quanto burgueses radicais. Isso reforça a ideia de que alianças políticas concretas exigem análise interna das composições de classe.

210. Polônia e a revolução agrária

A posição dos comunistas diante da Polônia é muito significativa:

eles apoiam o partido que vincula a libertação nacional à revolução agrária. Isso indica que a emancipação nacional, para Marx e Engels, só adquire potência revolucionária plena quando ligada à transformação social.

211. Insurreição de Cracóvia de 1846

A referência é à revolta de Cracóvia, que teve forte conteúdo nacional e social, incluindo medidas contra encargos feudais. Engels, em nota, chama atenção para seu vínculo com a questão agrária e a libertação polonesa.

212. Alemanha como foco principal

Marx e Engels afirmam explicitamente que concentram sua principal atenção na Alemanha. Isso decorre da avaliação de que o país estava às vésperas de uma revolução burguesa e que essa situação abriria, em seguida, condições para uma luta proletária mais avançada.

213. Burguesia revolucionária e apoio tático

Na Alemanha, os comunistas lutariam junto à burguesia sempre que esta atuasse de modo revolucionário contra a monarquia absoluta, a propriedade feudal da terra e a pequena burguesia conservadora. Trata-se de uma aliança condicional e histórica, não de identidade política.

214. Monarquia absoluta, feudalismo e pequena burguesia

Os inimigos imediatos nomeados no texto mostram a estrutura ainda não plenamente burguesa da Alemanha da época. A luta comunista, nesse contexto, passa por enfrentar obstáculos pré-capitalistas e conservadores.

215. Consciência do antagonismo entre burguesia e proletariado

Mesmo apoiando a burguesia contra forças reacionárias, os comunistas não devem deixar de esclarecer aos trabalhadores o antagonismo entre burguesia e proletariado. A aliança tática não suspende a luta de classes.

216. As conquistas burguesas como armas futuras

A formulação é decisiva: as condições sociais e políticas trazidas ao mundo pela própria dominação burguesa devem ser convertidas pelos trabalhadores em armas contra a burguesia. Ou seja, o desenvolvimento burguês prepara também seu adversário.

217. A revolução burguesa alemã como prelúdio

Marx e Engels consideram que a revolução burguesa na Alemanha, por ocorrer em um estágio histórico mais avançado do que na Inglaterra do século XVII e na França do século XVIII, poderia tornar-se prelúdio imediato de uma revolução proletária.

218. Comparação com Inglaterra e França

A comparação é histórica e estratégica. A Inglaterra e a França haviam vivido revoluções burguesas em contextos onde o proletariado era menos desenvolvido. Na Alemanha de 1848, a presença de um proletariado mais amadurecido alteraria a dinâmica possível do processo.

219. Apoio a todo movimento revolucionário

A síntese do capítulo é clara: os comunistas apoiam, em toda parte, qualquer movimento revolucionário contra as condições sociais e políticas existentes. Isso não significa apoio indistinto, mas apoio orientado por um critério revolucionário.

220. A questão da propriedade como questão fundamental

Marx e Engels afirmam que, em todos esses movimentos, destacam a questão da propriedade como fundamento da luta. Independentemente da forma concreta em que apareça, a questão da propriedade organiza o núcleo da transformação social.

221. Forma mais ou menos desenvolvida da questão da propriedade

A propriedade pode surgir sob formas diversas — terra, capital, herança, formas jurídicas de posse —, mas os comunistas devem mostrar seu caráter estrutural. A variedade empírica não elimina a centralidade do problema.

222. Ligação entre partidos democráticos

Os comunistas trabalham pela união e entendimento entre os partidos democráticos de todos os países. Isso reforça o internacionalismo político do manifesto e a busca de articulação transnacional das forças antirreacionárias.

223. Transparência política dos comunistas

Ao declararem que desprezam ocultar suas ideias e intenções, Marx e Engels se contrapõem tanto à política conspirativa secreta quanto à ambiguidade oportunista. O comunismo é apresentado como posição pública e declarada.

224. "Gewaltsamer Umsturz"

A expressão significa "derrubada violenta" ou "revolvimento violento". Ela indica, sem rodeios, que Marx e Engels consideram que a superação da ordem social existente não ocorrerá como simples reforma gradual, mas mediante ruptura revolucionária.

225. "Todas as condições sociais até aqui existentes"

O alvo não é apenas um governo ou uma lei específica, mas a ordem social como um todo. A fórmula abrange a totalidade das estruturas históricas baseadas em classes.

226. O medo das classes dominantes

A frase "que as classes dominantes tremam" tem forte carga retórica e política. Ela inverte o lugar do medo: não são os proletários que devem temer a revolução, mas os dominantes.

227. "Nada a perder senão seus grilhões"

Essa é uma das frases mais conhecidas do manifesto. Os "grilhões" designam a condição de exploração e subordinação do proletariado. A força da frase vem de sua simplicidade política e de seu apelo universal.

228. "Têm um mundo a ganhar"

A segunda metade da formulação amplia o horizonte da luta proletária: não se trata apenas de retirar-se de uma condição de miséria, mas de conquistar um mundo novo, isto é, uma nova organização da vida social.

229. "Proletários de todos os países, uni-vos!"

Este encerramento sintetiza o internacionalismo comunista. A unidade dos proletários não é apenas moral, mas estratégica: o capital opera para além das fronteiras nacionais, e a luta contra ele exige articulação internacional.

230. A função do final do Manifesto

O fechamento do texto combina programa, palavra de ordem e gesto performativo. Não é apenas uma conclusão argumentativa, mas uma convocação política direta.

231. Nota histórica sobre a social-democracia francesa [90]

Engels esclarece, em 1888 e 1890, que a "social-democracia" mencionada aqui nada tem a ver com a social-democracia alemã

posterior. Isso é importante para evitar leituras anacrônicas do termo.

232. Cracóvia e libertação nacional

Marx e Engels viam certas lutas nacionais como progressivas quando articuladas à supressão das relações feudais e à revolução agrária.

233. Variante textual

A edição de 1848 trazia “von” em vez de “zwischen”. Embora pareça pequena, a variante mostra o trabalho filológico de comparação entre versões do manifesto e pode ser útil em edição crítica.

234. Estratégia e historicidade

A seção IV é especialmente importante porque mostra que Marx e Engels não formulam uma política abstrata e fixa para todos os contextos. A ação comunista varia conforme a situação nacional, a composição de classe e o estágio histórico de cada país.
